



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**IONELLE DE LIMA BARBOSA  
MATRÍCULA: 10723880**

**PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA  
FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE GOIANA/PE**

**JOÃO PESSOA  
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**IONELLE DE LIMA BRABOSA**

**PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA  
FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE GOIANA/PE**

Trabalho apresentado à banca examinadora no curso de Ciências Econômicas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Federal da Paraíba como requisito para conclusão do mesmo.

**Orientador: Prof. Dr. Paulo Amilton Maia Filho.**

JOÃO PESSOA

2015

IONELLE DE LIMA BARBOSA

**PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA  
FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE GOIANA/PE**

Monografia apresentada a  
Universidade Federal da Paraíba como do pré-  
requisito para a obtenção do título de bacharel  
em economia.

João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nota: \_\_\_\_\_

**BANCA EXMINADORA**

---

Prof. Dr. Paulo Amilton Maia Filho

Universidade Federal da Paraíba

---

Prof. Ademário Felix de Araújo Filho

Universidade Federal da Paraíba

---

Prof. Dr. Adriano Nascimento da Paixão

Universidade Federal da Paraíba

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a meus pais que me apoiaram nessa jornada, estando sempre a estender a mão nos momentos em que mais precisei.



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder a vida, a Nossa Senhora da Conceição por me guiar sempre para um caminho abençoado.

Em especial á meu pai, Marcondes Barbosa, que sempre esteve ao meu lado, que sempre lutou por mim e me orientou sobre o caminho que deveria seguir. Agradeço a ele também, as críticas por vezes duras, mas que me fizeram e me fazem crescer como pessoa.

À minha mãe, Maria do Socorro Barbosa, e a minha irmã, Ihalle Barbosa, que de forma pessoal estiveram presentes me apoiando nessa jornada.

Ao meu noivo, Júlio Mendes, que compartilhou comigo deste momento, mesmo sendo de forma modesta, agradeço paciência com o estresse que se instalou sobre mim.

Aos amigos, tanto os de longa data quanto os formados na Universidade Federal da Paraíba, muito Obrigada!

Agradeço em especial também ao Prof. Dr. Paulo Amilton Maia, pela confiança depositada em mim, pelos incentivos, pelas discussões a respeito do tema deste trabalho e de outros temas do cotidiano, por me ajudar a ultrapassar barreiras que surgiram nessa jornada, muito obrigada!

Enfim, muito obrigada a todos que de alguma maneira torceram, me apoiaram, me fizeram ter mais força para finalizar mais esta jornada. Meu muito obrigado, de coração!

## **RESUMO**

Este trabalho faz uma descrição do Programa Bolsa Família – Principal programa de transferência de renda direta no Brasil – no município de Goiana – PE. Este tem como objetivo estabelecer o perfil das famílias beneficiadas pelo programa na referida cidade, além verificar se as condicionalidades do mesmo estão sendo respeitadas. Também foi verificado se houve mudanças nas condições destas famílias beneficiadas pelo programa, fazendo com que estas famílias tenham acesso às condições básicas como alimentação, saúde, moradia e educação. A metodologia utilizada neste trabalho foi por meio de entrevistas, questionários, pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica. A pesquisa constatou que a aplicabilidade do programa no município de Goiana- PE está dando-lhes melhores condições de sobrevivência a família beneficiada.

**PALAVRA CHAVE:** Políticas Públicas. Família. Bolsa Família

## **ABSTRACT**

This work is a description of the Programa Bolsa Família in county of Goiana - PE. This program is a direct income transfer program employed by the Brazilian government in the whole territory of Brazil. This aims to establish the profile of the families benefiting from the program in the city and to see if the same conditionalities established by the program were being respected. It was also checked if there were changes in the conditions of these families benefited from the program, so that these families have access to basic conditions such as food, health, housing and education. The methodology used was through interviews, questionnaires, field research and literature. The survey found that the applicability of the program in Goiana- PE county is giving better living conditions to the benefited family.

**KEY WORD:** Public Politics. Family. Family Allowance



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Onde as Famílias se Informaram sobre o PBF .....	30
Gráfico 2: Tempo para receber o auxílio após a solicitação .....	31
Gráfico 3: O que mais mudou na vida das famílias beneficiadas pelo programa .....	32
Gráfico 4: Avaliação das Famílias Sobre o PBF .....	33
Gráfico 5: Faixa Etária das Mulheres .....	34
Gráfico 6: Estado Civil .....	35
Gráfico 7: Escolaridade da Mulher .....	36
Gráfico 8: Condição de trabalhos das Mulheres .....	37
Gráfico 9: Condição Atual de Trabalho das Mulheres .....	38
Gráfico 10: Escolaridade dos Maridos .....	39
Gráfico 11: Condição de trabalho dos pais das famílias beneficiadas pelo PBF .....	40
<b>Gráfico 12:</b> Condição de trabalho dos pais das famílias beneficiadas pelo PBF .....	41
Gráfico 13: Ocupação dos pais das famílias beneficiadas pelo PBF .....	41
Gráfico 14: Renda total das famílias – antes do benefício .....	42
Gráfico 15: Renda total das famílias – antes do benefício .....	43
Gráfico 16: Local de moradia dos beneficiados pelo PBF .....	44
Gráfico 17: Condição de moradia .....	45
Gráfico 18: Habitantes por família .....	46

Gráfico 19: Habitantes por família – Atualmente.....	47
Gráfico 20: Quantidade de filhos – Antes do PBF .....	48
Gráfico 21: Quantidade de filhos por família - Atualmente .....	49
Gráfico 22: Filhos matriculados na escola antes do benefício do PBF.....	50
Gráfico 23: Filhos matriculados na escola atualmente .....	51
Gráfico 24: Gastos com Educação.....	52
Gráfico 25: Valor gasto com educação pelas famílias beneficiadas pelo PBF.....	53
Gráfico 26: Quantidades de refeições realizadas pelas famílias – Antes do benefício.....	54
Gráfico 27: Quantidade de Refeições Realizadas após o PBF .....	55
Gráfico 28: Famílias que recebem assistência do Agente de Saúde.....	56
Gráfico 29: Frequência das Visitas do Agente de Saúde.....	57
Gráfico 30: Mulheres Grávidas .....	58
Gráfico 31: Filhas grávidas.....	58
Gráfico 32: Cartão de Vacina .....	59

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Estatística Descritiva.....	29
---------------------------------------	----

## **LISTA DE SIGLAS**

**MEC** – Ministério de Educação

**MS** – Ministério da Saúde

**MPAS** – Ministério de Previdência e Assistência Social

**CEF** – Caixa Econômica Federal

**CADÚNICO** – Cadastro Único

**PBF** – Programa Bolsa Família

**SECAD** – Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

**MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**CGPAN** – Coordenação Geral da Política de Nutrição e Alimentação

**SAS** – Secretária Atenção a Saúde

**DAB** – Departamento Atenção Básica

**NEM-NEM** - Nem trabalha, nem estuda (Termo usado por críticos do PBF)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1</b>	<b>Objetivos.....</b>	<b>16</b>
1.1.1	Objetivos Gerais .....	16
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEORICA .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>Políticas Públicas e Sociais no Brasil .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2</b>	<b>O Programa Bolsa Família (PBF) .....</b>	<b>18</b>
2.2.1	Condicionalidades.....	20
<b>2.3</b>	<b>Críticas ao Programa Bolsa Família .....</b>	<b>22</b>
<b>2.4</b>	<b>O Programa Bolsa Família no Município de Goiana – PE .....</b>	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>26</b>
<b>3.1</b>	<b>Estatística Descritiva .....</b>	<b>26</b>
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO DOS DADOS .....</b>	<b>28</b>
<b>4.1</b>	<b>Dados Gerais .....</b>	<b>28</b>
<b>4.2</b>	<b>Perfil das Mulheres.....</b>	<b>33</b>
<b>4.3</b>	<b>Perfil dos Maridos.....</b>	<b>38</b>
<b>4.4</b>	<b>Renda das Famílias .....</b>	<b>42</b>
<b>4.5</b>	<b>Características Gerais das Famílias .....</b>	<b>43</b>
<b>4.6</b>	<b>Educação.....</b>	<b>49</b>
<b>4.7</b>	<b>Saúde.....</b>	<b>53</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>60</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O tema acerca da desigualdade social vem sendo discutido á décadas por todo o mundo. Pesquisadores e gestores públicos vêm traçando estratégias para combater a iniquidades sociais que estão instaladas no mundo desde o começo das civilizações e no Brasil se agravaram a partir do processo de industrialização.

Com altos índices de desigualdade social, onde grande parcela da população brasileira não conseguia se alimentar diariamente (RODRIGUES, 2011). No cenário onde as famílias não tinha acesso a saúde básica, as crianças morriam desnutridas e não tinham perspectiva de iniciarem na vida escolar. É nesse contexto que surgem as primeiras preocupações, por parte do governo, com a questão social, na qual foi conduzida com mais atenção a partir da Constituição Federal de 1988, quando surge novas formas de financiamento de políticas públicas.

Neste sentido, o Programa Bolsa Família – Principal programa de transferência de renda direta, onde o objetivo amenizar a condição de pobreza e extrema pobreza no Brasil. O programa tem como objetivo facilitar o acesso às famílias a saúde, expandir a cesta de alimentos das famílias beneficiadas e estimular a frequência escolar das crianças.

No Brasil, o Programa Bolsa Família vem tornando, nos últimos anos, cada vez mais significativo. Do ponto de vista social, tem provocado impactos na vida dos mais pobres, ao possibilitar o acesso a uma renda mínima mensal familiar. Economicamente, é notória a diminuição dos patamares de pobreza e a redução dos índices de desigualdade social. Também no campo político, esse Programa tem sido instrumento de destaque, tanto no Brasil como no contexto político internacional, além de emprestar notoriedade aos seus idealizadores e executores.

Para investigar o perfil das famílias beneficiadas pelo programa, a pesquisa constituiu-se em um estudo de caso, a abordagem do trabalho é de natureza quantitativa e qualitativa, uma vez que esta metodologia adotada nos permite fazer o levantamento histórico que está sendo pesquisada.

O intuito da pesquisa é descrever o perfil das famílias beneficiadas e investigar se de fato houve melhoria no bem-estar destas famílias. E se houve, de qual forma se deu. De qual maneira as condicionalidades do programa estão influenciando a condição de vida das mesmas.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivos Gerais**

O objetivo geral desse trabalho é descrever a realidade enfrentada pelas famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no município de Goiana-PE.

#### **1.1.1.1 Objetivos Específicos**

Os objetivos específicos são:

- Descrição das condições de alimentação;
- Descrição das condições de saúde;
- Descrição das condições de educação;
- Descrição da renda das famílias beneficiadas pelo programa bolsa família no município de Goiana-PE.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Políticas Públicas e Sociais no Brasil**

Na década de 1930, no Governo Getúlio Vargas foi que surgiu, de forma modesta, as políticas públicas e sociais no Brasil (RODRIGUES, 2011). Porém, foi depois da promulgação da Constituição de 1988 que surgiram novos formatos de financiamentos das políticas públicas, passando a reunir recursos para o financiamento da seguridade social e das políticas sociais destinadas ao combate da fome e da desigualdade social (BRASIL, 1988).

Segundo Santos (2009), até a promulgação da Constituição, em 1988, as políticas públicas e sociais eram feitas de forma filantrópica e por programas do governo focalizados na conquista de votos na campanha eleitorais.

Há diversas definições para o que de fato são as políticas públicas. Para Peters (1986), política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Em geral, as diversas definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas.

No governo Fernando Henrique, reformas sociais ocorreram no ensino fundamental, na previdência social e na saúde, e foram introduzidas ou iniciadas na educação infantil, no ensino médio, nos programas de inserção produtiva (microcrédito) e nos programas de combate à pobreza (SciELO, 2013). O governo considerava estes setores como imprescindíveis para a melhoria da qualidade de vida, bem como para distribuição de renda para população mais pobre.

Porém, segundo Fagnani (1999 apud MORAES; AVILA; SILVEIRA, 2010), o governo direcionava a maior parte das receitas públicas no pagamento de juros, limitando



assim as políticas públicas de desenvolvimento. Já que a maioria destes programas tinha seu orçamento enquadrado à política macroeconômica<sup>1</sup>.

Foi nos anos 2000 que foi aprovado o Fundo de Combate à Pobreza<sup>2</sup>. Um ano depois da sua aprovação, foram criados os programas de Bolsa-Alimentação – na área de saúde; Agente Jovem – na Secretaria de Assistência Social; e, logo após, o Auxílio-gás (2002). Acoplando-se aos outros programas anteriores, Bolsa-Escola (1998), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), de 1995, e outros programas de transferência preexistentes (SciELO, 2013).

Com isto, nascia assim a Rede Social Brasileira de Proteção Social, concebidas como um conjunto de transferências monetárias a pessoa ou família de baixa renda, com o objetivo de protegê-las das distintas circunstâncias de risco e vulnerabilidade social. Sob a liderança do Programa Alvorada e apoiada na implementação do Cadastro Único<sup>3</sup>, a Rede Social tomava forma pelos seguintes programas: Bolsa-Escola (MEC), Bolsa-Alimentação (MS), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) (MPAS), Programa de Agente Jovem (MPAS), Bolsa-Qualificação (MT), Benefício Mensal para Idosos (MPAS), Benefício Mensal para Portadores de Deficiência (MPAS), Renda Mensal Vitalícia (MPAS), Bolsa-Renda (seguro safra) (MA), Auxílio Gás (MME), Aposentadorias Rurais (MPAS), Abono Salarial PIS/Pasep (CEF), e o Seguro-desemprego (MT); (SciELO, 2013).

Com a transição do Governo, em 2003, todos os programas de transferência de renda foram unificados em um novo programa, o Programa Bolsa Família. Desde então, todos os recursos do governo, destinados a Assistência Social, foram valorizados no decorrer dos anos, significando melhoria em alguns indicadores sociais. E, segundo Moraes, Avila e Silva (2010), reduz a desigualdade e melhora a renda dos pobres.

## **2.2 O Programa Bolsa Família (PBF)**

É um programa social de distribuição de renda que beneficia mais de 13,9 milhões de famílias (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015).

---

<sup>1</sup> Macroeconomia: analisa o comportamento dos grandes agregados como: renda, produto nacional, nível geral de preços, nível de emprego, etc.

O Programa Bolsa Família foi criado pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. E, é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução de ações de transferência de renda do Governo Federal, principalmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação (Bolsa Escola), criado pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de renda mínima vinculado à Saúde (Bolsa Alimentação), instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 06 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001, revogado pelo Decreto nº 6.135, de 2007 (ABRANTES, FERREIRA, 2010).

O Programa Bolsa Família tem como objetivos combater a fome promovendo a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras privações das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos e criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e desenvolvimento local dos territórios (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015).

A finalidade do Programa Bolsa Família é beneficiar famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70,00 a R\$ 140,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00) (CADÚNICO, 2015). Este Programa é um dos que integram o Fome Zero<sup>4</sup>, que possui maior abrangência e que visa a assegurar o direito humano à alimentação às pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos. As famílias cadastradas no Cadastro Único em cada município são priorizadas segundo o critério da renda per capita, da menor para a maior renda, não significando que a inclusão desta resultará no recebimento imediato do benefício, que ficará atrelado às condições como a disponibilidade de recursos do Governo Federal, do cronograma de expansão do Programa e da situação no Cadastro Único.

Existem quatro valores distintos que os beneficiados podem receber dentro do programa Bolsa Família, sendo que o valor varia de acordo com a situação socioeconômica de cada grupo familiar, como a renda familiar, o número de integrantes de cada família, entre outros. Essas modalidades do programa são: O Benefício Básico do Bolsa Família, que é um

<sup>23</sup>valor fixo pago às famílias mais pobres abrangidas pelo programa, que é de R\$ 77,00 por mês por família. Esse benefício é pago a famílias que a renda familiar não ultrapasse os R\$ 77,00 por pessoa por mês; O Benefício Variável do Bolsa Família é pago para cada criança, adolescente, gestante ou nutriz que componha o grupo familiar, com um limite de até 4 beneficiados por família. O valor recebido por pessoa é de, no mínimo, R\$ 35,00; O Benefício Variável para Jovens é o pago para cada adolescente entre as idades de 16 e 17 anos de idade. O benefício é de R\$42,00 por adolescente, mas pode haver no máximo dois jovens cadastrados. As famílias que já sejam beneficiadas pelo auxílio variável podem acumular o benefício para jovens; O Benefício de Superação da Extrema Pobreza, é uma modalidade especial do Bolsa Família concedida a famílias que estejam no estado de extrema pobreza(CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015).

Os valores pagos pelo Programa Bolsa Família variam para cada modalidade, não possuindo um valor específico, sendo avaliada caso a caso. O objetivo desse benefício é que seja um complemento a renda familiar mensal para que essa não seja inferior a R\$ 77,01 por mês. É possível acumular diversas modalidades diferentes do benefício do programa, mas desde que não se ultrapasse o teto de R\$336,00 por mês, que é o limite de pagamento do benefício (CARTA CAPITAL, 2014).

### **2.2.1 Condicionalidades**

As condicionalidades são os compromissos nas áreas da Educação, da Saúde e Assistência Social, assumidos pelas famílias e que precisam ser cumpridos para que elas continuem a receber o benefício do Programa Bolsa Família.

O acompanhamento das condicionalidades é de extrema importância para o controle e monitoramento dos resultados pelo poder público para identificar os motivos que

---

<sup>2</sup> O Fundo (iniciativa do senador Antônio Carlos Magalhães, com o apoio do PT) foi criado por Emenda Constitucional de dezembro de 2000, tendo como fonte de recursos, até 2002, um percentual da CPMF: 0,08% da alíquota de 0,38%.

<sup>3</sup> O Cadastro Único, operado pela Caixa Econômica, foi concebido como instrumento de identificação de beneficiários, unificação de benefícios e de gestão para os órgãos governamentais. Ao final do período de governo, ainda não estava cabalmente implantado.

impeçam o acesso das famílias aos serviços sociais básicos e, assim identificados, possam agir para garantir o acesso.

Realizado pelos ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde e da Educação, em parceria com estados e municípios, o acompanhamento é registrado em sistemas informatizados. O descumprimento das condicionalidades não acarreta desligamento imediato do programa. Seus efeitos são gradativos. Primeiro, a família é notificada. Persistindo o problema, o benefício é bloqueado e, só depois, suspenso. Somente em casos de reiterados descumprimentos, a família pode ter o benefício cancelado. Antes, contudo, o poder público, por meio da Assistência Social, deverá identificar os motivos do descumprimento e oferecer apoio e acompanhamento à família, de modo a solucionar os problemas que causaram esta situação. Além disso, o acompanhamento das condicionalidades ajuda a identificar oferta inadequada de serviços e dificuldades de acesso a eles (MDS, 2013).

São as condicionalidades: i) Educação: frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos; ii) Saúde: acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos. iii) Assistência Social: frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil (MDS, 2013).

O órgão responsável pelo controle da frequência escolar é a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do MEC. De acordo com a Portaria Interministerial MDS/MEC nº 3.789, de 17 de novembro de 2004, as Secretarias municipais de Educação devem informar a frequência escolar a cada bimestre.

A área responsável pelo acompanhamento das condicionalidades da saúde, dentro da estrutura do Ministério da Saúde, é a Coordenação Geral da Política de Nutrição e Alimentação (CGPAN), do Departamento de Atenção Básica (DAB), da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS). O acompanhamento é realizado semestralmente por meio do Sistema

de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), que é acessado pelas Secretarias Municipais e Estaduais de saúde via internet.<sup>4</sup>

Conh e Fonseca (Apud MESQUITA, 2007) defendem que,

O objetivo das condicionalidades é associar o complemento de renda programa assegurando pelo programa ao acesso das crianças e adolescentes à educação básica, à permanência na escola, à inserção dos grupos familiares na rede de saúde, com especial ênfase nas crianças, gestantes e nutrízes, e na rede de proteção social, além de à garantia de que as crianças não serão expostas ao trabalho infantil. (p.14).

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o objetivo das condicionalidades não é punir as famílias, mas responsabilizar de forma conjunta os beneficiários e o Poder Público, que deve identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades e estabelecer políticas públicas de acompanhamento para essas famílias (SOUSA, 2009).

### **2.3 Críticas ao Programa Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família divide opiniões acerca da sua eficácia e funcionalidade com o que de respeito à distribuição de renda. Para uns, o PBF, apóia-se da dependência das famílias como forma de atrair votos e, patrocina a Geração Nem-Nem (Nem trabalha, Nem estuda). Para outros, O PBF é de suprema importância no combate à desigualdade social e a assistência social, sendo considerado um importante pré-requisito no exercício da cidadania.

Um dos pontos mais criticados do PBF é o fato de estimular a Geração Nem-Nem (Nem trabalha, Nem estuda), que são os jovens sem nenhuma perspectiva, que não enxergam nos estudos uma futura melhoria de bem-estar e nem buscam trabalho.

De acordo com (Apud MESQUITA, 2007),

---

<sup>4</sup> (O Programa Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome).

Na medida em que tiver uma renda garantida e suficiente para assegurar a sua sobrevivência, o trabalhador terá maior poder de barganha para decidir se aceita ou não as condições de emprego que lhes são oferecidas. Tipicamente para os trabalhadores no Brasil que, em pleno século 21, ainda são sujeitos às condições de trabalho escravo, a existência de uma renda garantida lhe permite dizer não a qualquer condição de trabalho que possa significar humilhação, risco à saúde ou desrespeito à sua condição de ser humano (p. 66).

Segundo a Revista Ibérica (2013), o Brasil é um Estado que retira dos mais ativos numa tentativa de suprir os cidadãos menos ativos. Mas a população menos ativa, em grande maioria, utiliza-se ajuda do governo para permanecerem menos produtivos. Caracterizando o núcleo do problema que o país vem sofrendo, onde àqueles recebedores dos programas assistencialistas governamentais não querem deixar de recebê-los e optam pela inatividade, a terem que desfrutar das conquistas adquiridas por méritos próprios.

Outro ponto muito criticado é a manutenção da educação sem visar à qualidade da mesma. Defende-se que a unificação dos Programas Bolsa Alimentação e o Bolsa Escola e Assistência a Saúde obteve como consequência o afastamento dos seus objetivos. Logo, o PBF não poderia ser citado como uma política que visa estabelecer uma maior integração à educação de qualidade, mesmo sendo da alçada do MEC. Pois, concentra-se no mesmo objetivo que o PBF, transferência de renda como apoio às famílias manterem seus filhos na escola.

Segundo Mesquita (2007),

A transferência de gestão de um Ministério para o outro (no caso, do MEC para o MDS) não muda o fato de que a permanência de crianças/adolescentes só terá efeito, no médio e longo prazo, se houver investimentos na qualidade da educação básica, na infraestrutura das escolas, na melhoria salarial dos professores, entre outros. E isso não cabe ao Bolsa Família (Mesquita, 2007, p. 65).

É evidente que o Programa Bolsa Família, é apenas um incentivo à manutenção das crianças e adolescentes nas escolas. A qualidade e eficácia do ensino não estar presente na alçada do PBF.

O Programa Bolsa Família também é criticado como uma arma na obtenção de votos das famílias mais carentes e que não tem acesso à informação. Muitos críticos afirmam que o programa não passa de um jogo de marketing político na luta pela obtenção dos votos

das famílias que recebem assistência do programa, ou seja, voto de “cabresto” (Revista Veja, 2014).

(SciELO, 2014) As críticas sobre o impacto eleitoral do Programa Bolsa Família tem provocado divergências. Nicolau e Peixoto (2007, 2007b), realizaram um estudo sobre as votações nos anos que o Presidente Lula foi eleito, 2002, e as votações da eleição que o Presidente foi reeleito, 2006, constataram uma mudança geográfica do voto e atribuíram ao PBF:

Quanto maior o gasto municipal per capita despendido durante o governo, maior tende ser a votação de Lula e menor a de Alckmin. O dado é ainda mais impressionante, justamente por se referir a um único programa do Governo Federal. (NICOLAU E PEIXOTO, 2007, p: 13).

A unificação dos programas assistencialistas do governo sob a denominação Bolsa Família, fez com que o programa virasse uma marca forte e com muito mais visibilidade do governo petista. O PBF adquiriu um espaço enorme e devoção dos receptores do programa, de suma importância ao marketing de reeleição do Presidente Lula e a eleição e reeleição da Presidente Dilma Rousseff, que tem como frase do seu programa eleitoral – “nunca antes na história desse país” um governo fez tanto para combater a desigualdade social (Revista Veja, 2014).

## **2.4 O Programa Bolsa Família no Município de Goiana – PE**

Os índios Caetés e Potiguares foram os primeiros habitantes de um dos mais antigos núcleos de colonização do nordeste brasileiro, Goiana, na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Elevada à categoria de freguesia em 1568, de vila em 1711, de cidade em 1840 e, por várias vezes, a sede da capitania de Itamaracá, Goiana tem uma história marcada pela defesa da liberdade (Prefeitura de Goiana, 2015).

Goiana tem sua história marcada pelos movimentos em defesa da liberdade. E foi a primeira cidade brasileira a considerar livres todos os seus escravos, antes mesmo da Lei Áurea, por meio de decreto na Câmara, em 25 de março de 1888. Aqui também, na Aldeia de Itapeçerica, aconteceu a primeira assembleia em que os índios solicitaram um governo representativo no País (Prefeitura de Goiana, 2015).

O Programa Bolsa Família foi implementado no município de Goiana-PE no ano de 2004. Antes do PBF, existia o Programa Bolsa Escola, que tinha como responsável a Secretaria Municipal de Educação (Gestor do PBF no Município de Goiana, 2015).

Atualmente há 13.554 mil famílias inscritas no Cadastro Único e 11.264 mil famílias são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Ou seja, há 2.290 famílias que estão cadastradas e a espera de criação de novas vagas ou que alguma das famílias beneficiadas seja excluída do benefício.

O programa disponibiliza de uma cede para atendimento das famílias que estão ou querem se cadastrar, tendo como responsável um Gestor e nove atendentes (cadastradores). É a Secretária de Assistência Social a responsável pela gestão do programa.



### **3 METODOLOGIA**

Os dados ora analisados, correspondem à primeira fase da pesquisa desenvolvida para construção dessa monografia, cujo objetivo é analisar a aplicabilidade do Programa Bolsa Família no Município de Goiana – PE.

Desta forma, nesse primeiro momento nos dedicamos à coleta de dados quantitativos referentes às condicionalidades do Programa Bolsa Família. Utilizaremos os dados do município de Goiana/PE de forma a analisar especificamente as condicionalidades do PBF no município aqui citado. Para Gomes e Araújo (2003, p.4) expressam que “os métodos quantitativos de pesquisa tem no questionário uma de suas grandes ferramentas”.

Foi utilizado também, de forma qualitativa, o Estudo de Caso para os procedimentos técnicos adotados na coleta de dados, de maneira, a abordar profundamente os objetivos da pesquisa, com o propósito de conhecer a realidade de um ou mais indivíduos. Segundo Gil (1999), o estudo de caso oferta subsídios para constatar situações da vida real, além de elucidar as variáveis causais de determinados fenômenos em que a utilização de levantamentos e experimentos não é possível.

Quanto à amostra da pesquisa, foi constituída de 100 beneficiários do PBF, tendo como coleta de dados a sede do Programa no município e duas escolas públicas situadas uma no centro do município e outra no distrito de Tejucupapo. Logo, optou-se pela amostragem por acessibilidade, tendo como consideração que, entre os tipos de amostra, é a menos rígidas de todas, e por isto é desempossado de qualquer rigor estatístico, além de ser considerada a de maior facilidade na sua coleta (VERGARA, 2008).

A pesquisa é denominada descritiva, pois está voltada para estudos que produz opiniões e projeções futuras nas respostas adquiridas pelo estudo. Para Gil (1999), tem como objetivo básico descrever as características de determinada população ou fenômenos em que a utilização de levantamentos e experimentos não é possível.

#### **3.1 Estatística Descritiva**

A estatística descritiva é a etapa inicial da análise utilizada para descrever e resumir os dados. A disponibilidade de uma grande quantidade de dados e de métodos computacionais muito eficientes revigorou esta área da estatística.

A estatística descritiva “compreende o manejo dos dados para resumi-los ou descrevê-los, sem ir além, isto é, sem procurar inferir qualquer coisa que ultrapasse os próprios dados” (FREUND, SIMON, 2000).

(Filho, 2011), A teoria da probabilidade nos permite descrever os fenômenos aleatórios, ou seja, aqueles em que está presente a incerteza. O primeiro passo para analisar os dados pode ser uma descrição geral distribuição das variáveis. É importante ter uma distribuição de frequência para compactar grandes quantidades de dados. Os conceitos das estatísticas descritiva descritos abaixo:

- **Média:**

$$M = \frac{x_1+x_2+x_3...x_n}{n} = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n} \quad (3.1.0)$$

- **Variância:** A variância é similar ao desvio médio no sentido de que é também baseada nas diferenças entre cada valor do conjunto de dados e a média do grupo. A variância é dada pela soma dos quadrados dos desvios de cada observação em relação à média, dividida pelo número de graus de liberdade da amostra, ou seja, ela é a média dos (n-1) desvio quadrático e independente.

Para uma população, a variância é representada pela letra grega minúscula  $\sigma^2$  (ler “sigma dois”) e a variância de uma amostra é representada por  $s^2$  (em alguns livros pode ser representado por ler “sigma dois chapéu”).

Para uma amostra de n valores  $X_1, X_2, \dots, X_n$  de uma variável X, a variância é dada por:

$$s^2 = \frac{\sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2}{n-1} = \frac{\sum_{i=1}^n X_i^2 - \frac{\left(\sum_{i=1}^n X_i\right)^2}{n}}{n-1} \quad (3.1.1)$$

Se na série existirem dados repetidos, a variância dos k diferentes valores  $X_1, X_2, \dots, X_k$  de uma variável X, associados às frequências  $f_1, f_2, \dots, f_k$  respectivamente, será dada por:

$$s^2 = \frac{\sum_{i=1}^k f_i (X_i - \bar{X})^2}{\sum_{i=1}^k f_i - 1} = \frac{\sum_{i=1}^k f_i X_i^2 - \frac{\left(\sum_{i=1}^k f_i X_i\right)^2}{\sum_{i=1}^k f_i}}{\sum_{i=1}^k f_i - 1} \quad (3.1.2)$$

**Desvio-padrão:** Para se retornar à unidade original de avaliação de uma variável X e obter uma medida de melhor interpretação, define-se o **desvio padrão** como sendo a raiz quadrada positiva da variância:

$$S = \sqrt{s^2} \quad (3.1.3)$$

Intuitivamente, o desvio representa uma média dos desvios (absolutos) que todos os valores amostrais possuem ao redor da média. Valores da série próximos uns dos outros originam um desvio padrão menor, enquanto valores muito afastados uns dos outros dão um desvio padrão maior. Em outras palavras, a série de dados que apresentam desvio padrão maior, terá uma distribuição de frequências mais aberta que a série com desvio padrão menor.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

### 4.1 Dados Gerais

Para realização deste estudo, foi aplicada uma pesquisa de campo, que tem como objetivo buscar resposta sobre a realidade do tema estudado. A pesquisa foi aplicada a partir de entrevistas, observações, aplicação de questionários e coleta de dados. A aplicação da

pesquisa foi dividida por etapas, buscando sempre a coerência de acordo com as informações disponíveis.

A pesquisa foi realizada com as mulheres que são beneficiadas pelo programa, a abordagem foi feita por meio a um questionário. Foi observado que muitas delas se negaram a responder o questionário com receio de perder o benefício. Foi observado também que, em grande maioria, tinha grande restrição de educação.

Para melhor compreender tais características, abaixo serão expostos na Tabela 1 os valores da Media, Desvio Padrão e gráficos que expõe cada condicionalidade verificada na pesquisa.

**Tabela 1:** Estatística Descritiva

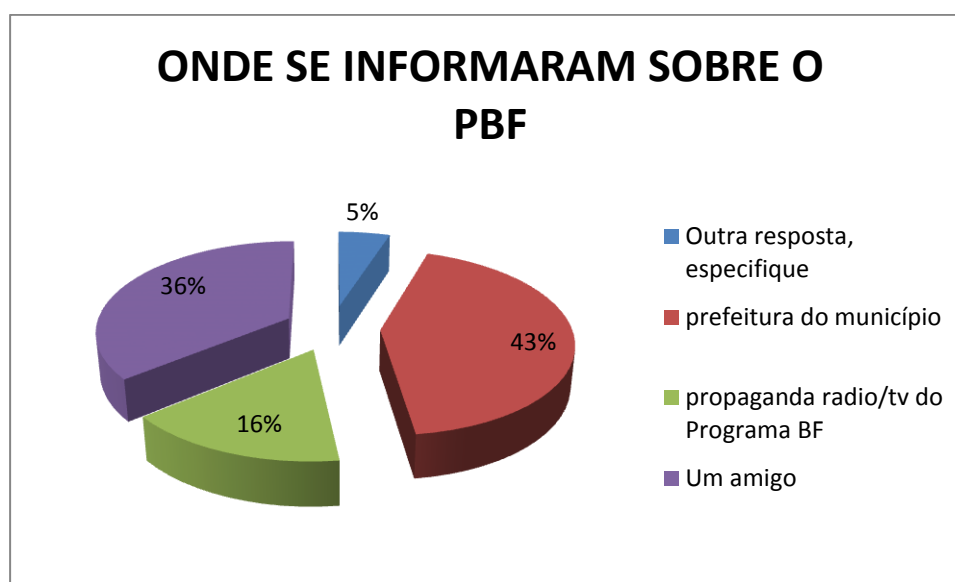
Variáveis	MEAN	SD	min	max
estado.civil	2	1,03475	1	5
Idade	3.22	0,8828329	1	5
area habitac.	1.62	0,9076554	1	3
cond. Casa	1.39	0,4902071	1	2
escolar. Mul	3.53	1,3291980	1	6
cond. Trab	1.58	0,4960450	1	2
aval. Progama	8.83	1,6021140	1	10
cond.Trab.M.A	1.6	0,4923660	1	2
renda família	1.4	0,6030227	1	3
renda fam. Ant	1.25	0,5573204	1	4
ocup. Atual	1.94	1,4996258	1	5
ocup. Antes	1.6	0,4923660	1	2
escolar. Esp.	2.51	1,7893910	1	6
Esposo. Trab.	1.64	0,7180220	1	3
ocup. Esposo	2.9	1,9042750	1	5
esposo.trab.A	1.57	0,6072791	1	3
Morad.casa.atual	1.64	0,7722458	1	4
morad.casa.antes	1.66	0,7278028	1	4
quantos filhos	1.16	0,4865878	1	3
quant.filhos.ant	1.12	0,4089899	1	3
filhos estuda.ant	1.3	0,5945884	1	3
filhos matriculad	1.4	0,7521014	1	3
Oquemudou	3.08	2,205045	1	6
quantas refei.an.	2.93	0,8196452	1	5
quant.refeic.dep.	4.12	0,7691002	2	5
Gravida	2	2	2	2

filha.gravida	2	2	2	2
agente saúde	1.38	0,4878317	1	2
frenq.visita.Ag.S	2.45	1,358661	1	4

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Com base na Tabela 1, os valores do desvio padrão mostraram que a variância é pequena e o comportamento padrão das famílias beneficiadas pelo programa bolsa família é próximo.

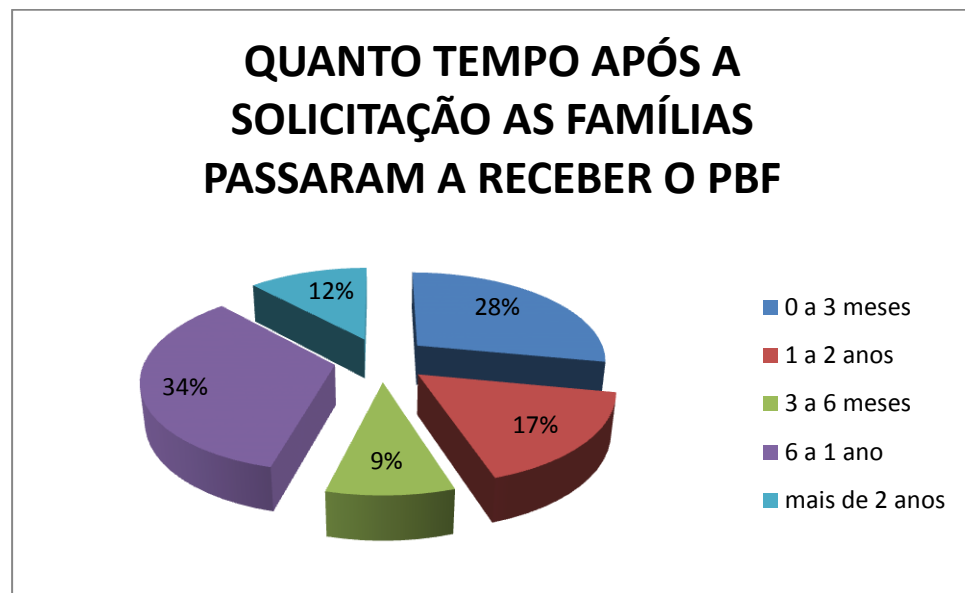
**Gráfico 1:** Onde as Famílias se Informaram sobre o PBF



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Quarenta e três por cento das famílias entrevistada afirmaram que se informou sobre o PBF por meio da prefeitura do município, o que indica que o município disponibiliza as informações necessárias para as famílias. Outros trinta e seis por cento, alegaram que tomaram conhecimento por meio de um amigo que já era beneficiado pelo programa. Dezesesseis por cento alegaram que se informaram por meio de propagandas de radio e TV. Outros cinco por cento, afirmaram ter tomado conhecimento via outros meios, como por exemplo, pelo medico do posto de saúde.

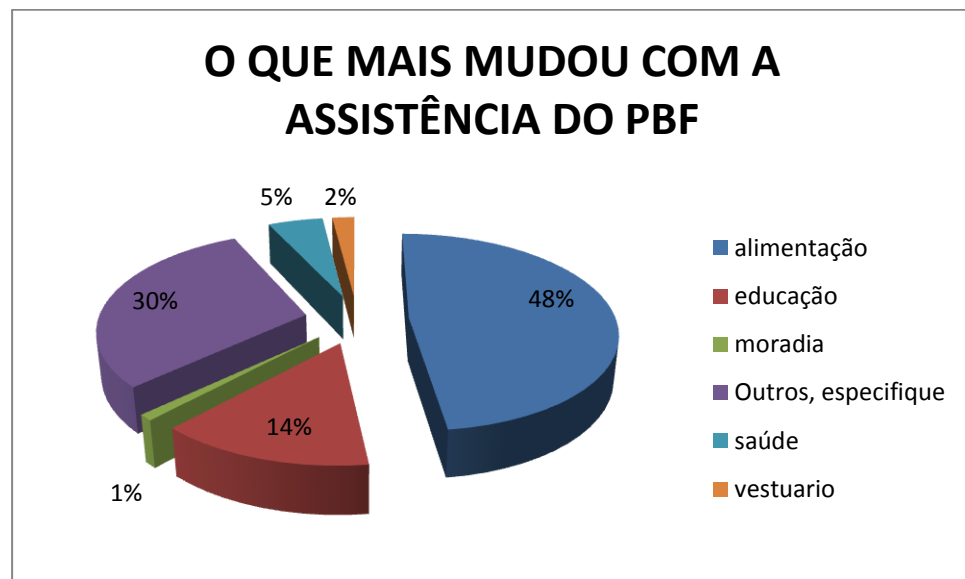
**Gráfico 2:** Tempo para receber o auxílio após a solicitação



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Com relação ao tempo de espera para que as famílias passassem a receber o benefício após a solicitação, trinta e quatro por cento das famílias responderam que esperaram de seis a um ano, vinte e oito por cento afirmaram ter recebido o benefício depois de uma espera de zero a três meses, dezessete por cento alegaram uma espera de um a dois anos após a solicitação do benefício, outras doze por cento disseram que o tempo de espera foi mais de dois anos. Nesta particularidade da pesquisa, foi observado que as se queixam muito em relação ao tempo e a burocracia de cadastramento estabelecido pelo cadastro para recebimento do benefício.

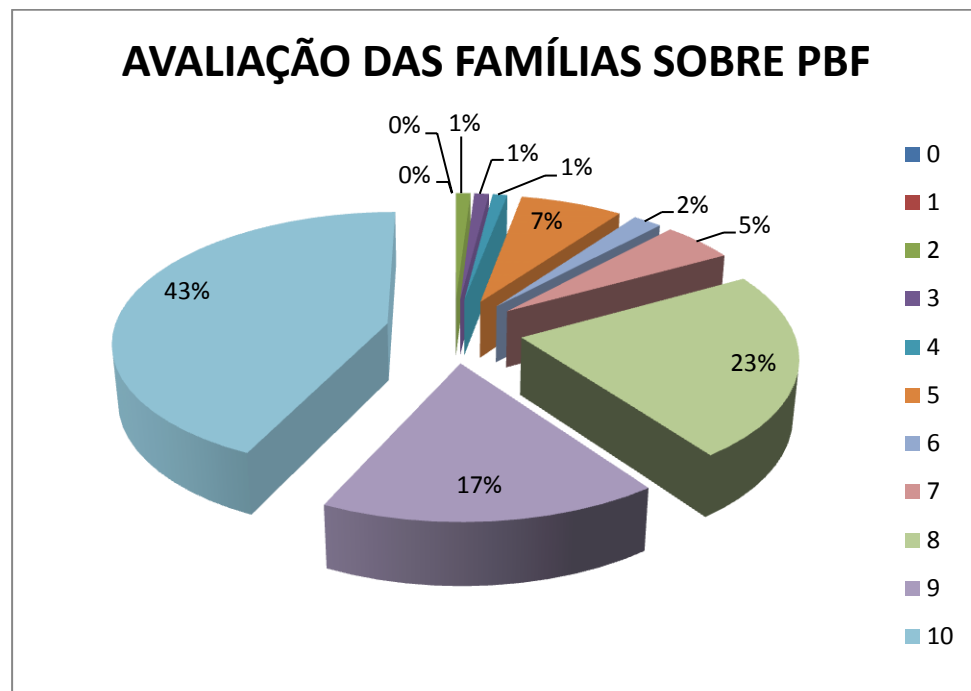
**Gráfico 3:** O que mais mudou na vida das famílias beneficiadas pelo programa



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Quando questionadas sobre o que mais mudou em suas realidades, quarenta e oito por cento das famílias alegaram que o setor que teve mais impacto em suas realidades foi a Alimentação, muitas afirmaram não terem condições de se alimentarem diariamente antes do programa. Outros trinta por cento afirmaram que “tudo um pouco” melhorou. Quatorze por cento afirmaram que a educação foi o fator que mais mudou com o benefício. Os outros oito por cento afirmaram que o que mais mudou foi moradia, vestuário e, entres estes oito por cento, o que teve maior peso, com cinco por cento, foi à saúde.

**Gráfico 4:** Avaliação das Famílias Sobre o PBF



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

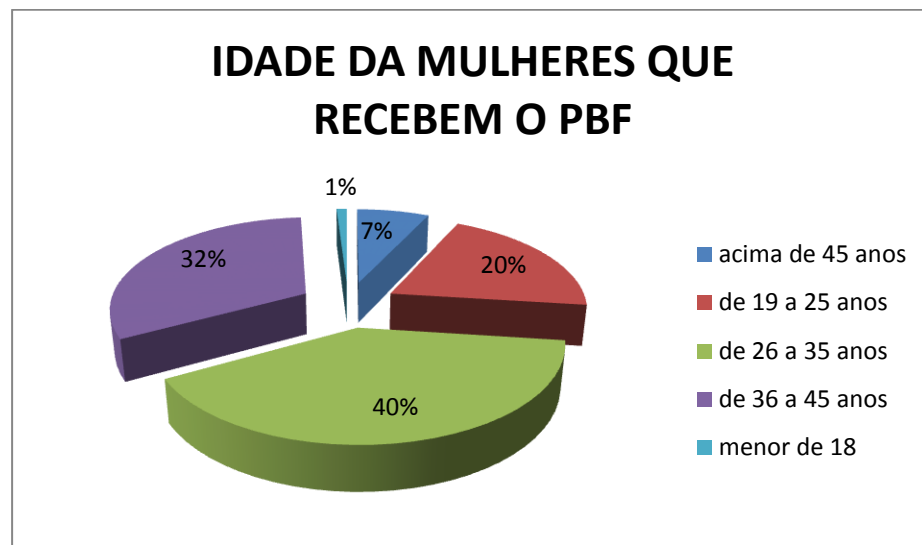
Abordadas sobre a nota em que elas, as famílias, avaliam o Programa Bolsa Família, quarenta e três por cento avaliaram o programa com a nota máxima estabelecida pela pesquisa, dez. Outras vinte e três por cento avaliaram o programa com a nota oito, dezessete por cento qualificaram o programa com nota nove. Ou seja, em grande maioria, quase que unanime, as famílias classificaram o programa com notas acima de sete, tendo uma avaliação positiva.

#### **4.2 Perfil das Mulheres**

Nessa sessão iremos traçar o perfil das mulheres beneficiadas pelo programa bolsa família no município de Goiana-PE.



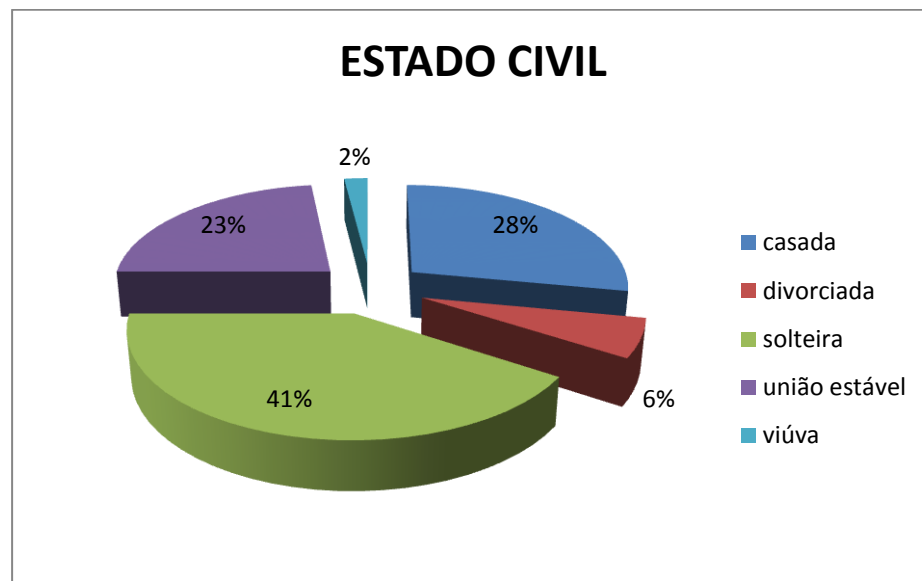
**Gráfico 5:** Faixa Etária das Mulheres



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A pesquisa obteve como resultado que, quarenta por cento das mulheres beneficiadas pelo programa têm de vinte e seis a trinta e cinco anos, trinta e dois por cento afirmaram ter de trinta e seis a quarenta e cinco anos, outros vinte por cento alegaram ter de dezenove a vinte e cinco anos de idade. Apenas sete acima de quarenta e cinco e, só um por cento abaixo de dezoito anos.

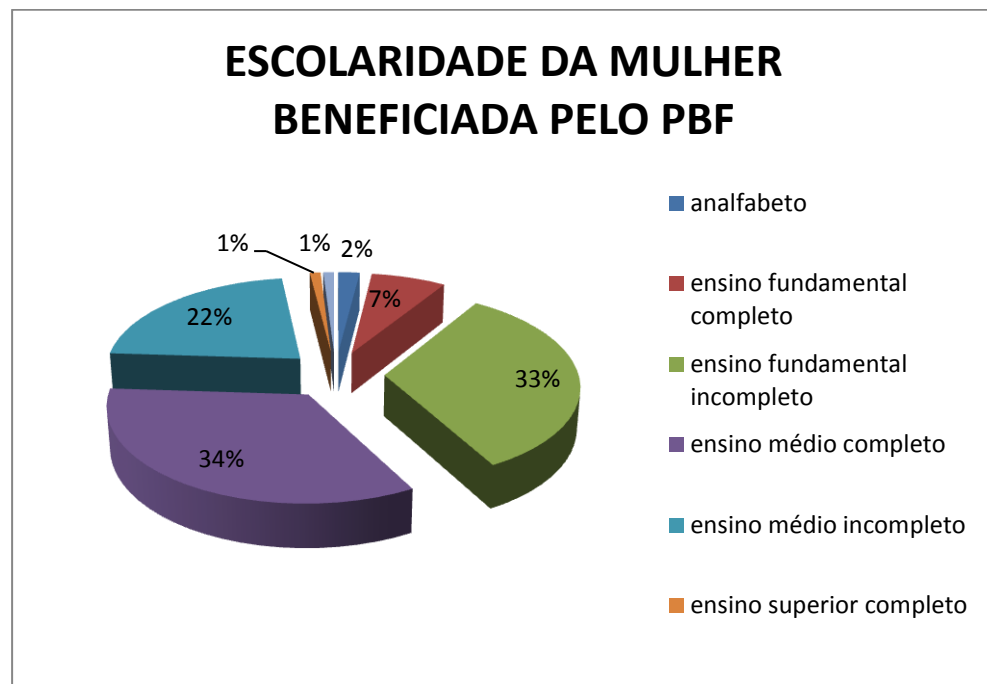
**Gráfico 6:** Estado Civil



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Em relação ao estado civil das mulheres, quarenta e um por cento alegaram ser solteiras, vinte e oito por cento casadas, vinte e três por cento afirmaram estar em uma relação estável, seis por cento alegaram ser divorciada e um por cento afirmaram ser viúva. Porém foi observado, nas que afirmaram ser solteira, uma contradição ao serem abordadas sobre a empregabilidade do marido – Pergunta existente no questionário. Logo, se concluiu que algumas, por medo, responderam o quesito de forma duvidosa.

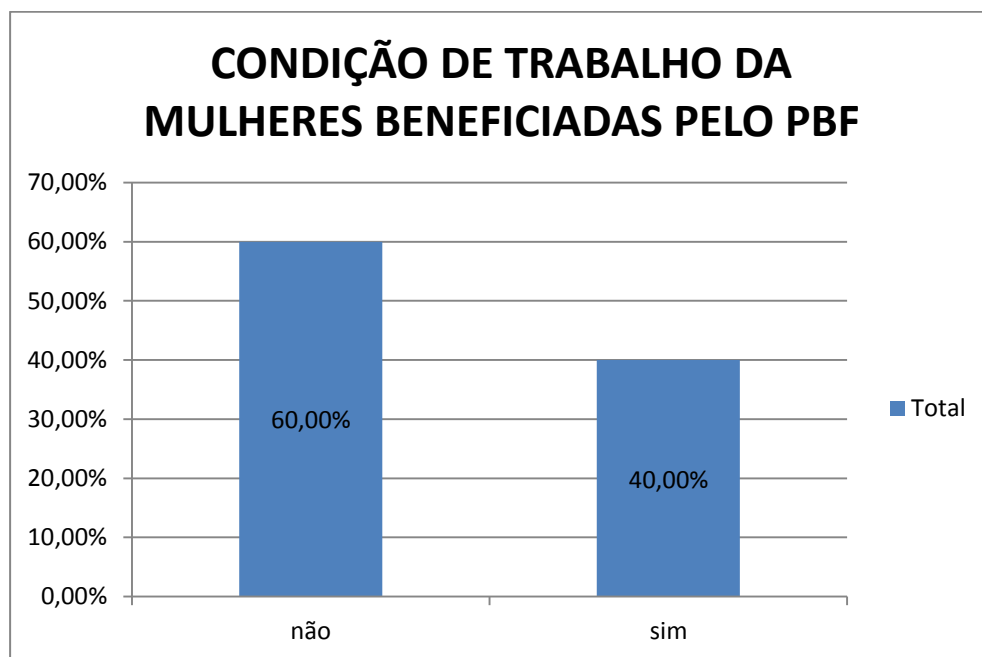
**Gráfico 7:** Escolaridade da Mulher



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A pesquisa constatou que apenas dois por cento das mulheres entrevistadas afirmaram que era analfabeta, já trinta e quatro por cento afirmaram possuir o ensino médio completo, trinta e três alegaram possuir o ensino fundamental incompleto e, outros vinte e dois afirmam ter o médio incompleto. Sabendo-se que a educação é porta de acesso ao mercado de trabalho e para melhores condições de vida sem que seja preciso uma assistência direta do governo. Estas mulheres, em sua maioria, não completaram o ensino básico. Uma das alegações para tal realidade é a falta de perspectiva por um futuro com maior qualidade de vida.

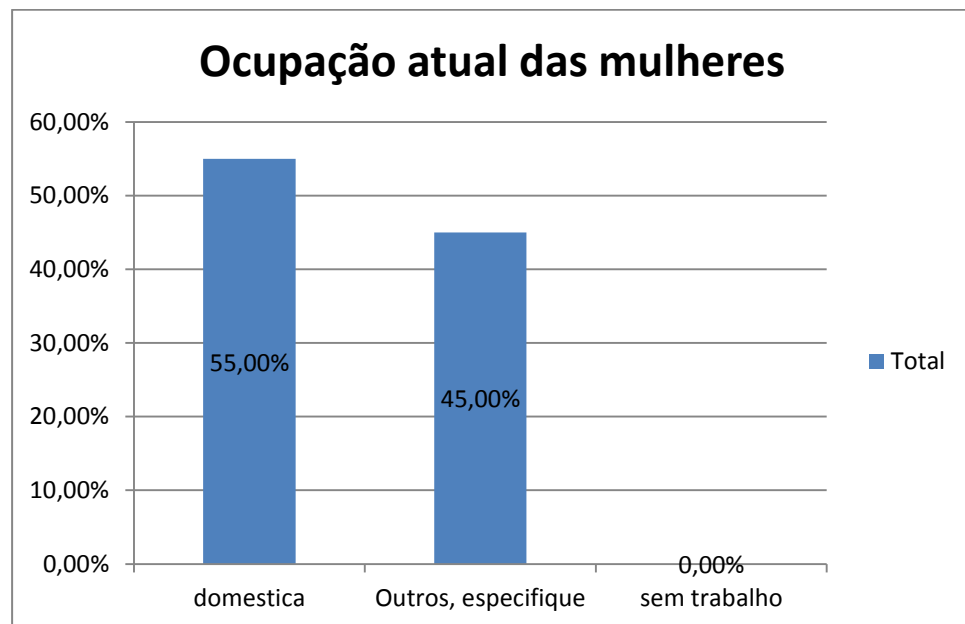
**Gráfico 8:** Condição de trabalhos das Mulheres



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Em relação à condição de trabalho das mulheres, sessenta por cento das mulheres alegaram estar desempregada, outros quarenta por cento afirmaram que estão trabalhando. Porém, todas elas de forma informal, sem carteira de trabalho.

**Gráfico 9:** Condição Atual de Trabalho das Mulheres



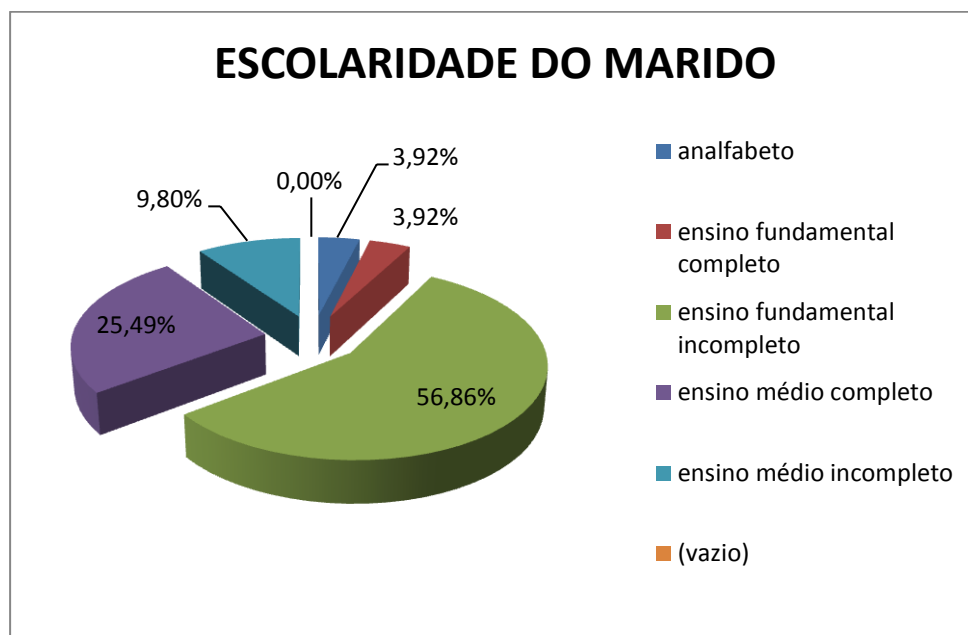
Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Das mulheres que afirmaram estar empregadas, mesmo sem a carteira assinada, cinquenta e cinco por cento alegaram que trabalham como domésticas. Foi observado que estas estão trabalhando em casas de famílias em que seus pais trabalham ou trabalhavam. Outros quarenta e cinco por cento alegaram trabalhar se forma autônoma, como por exemplo, diarista, vendedora de peças de artesanato, da pesca, entre outras atividades. Porém, todas elas alegaram não possuir carteira assinada.

#### **4.3 Perfil dos Maridos**

Nessa sessão, iremos traçar o perfil dos pais das famílias beneficiadas pelo Programa. Serão descritos nos gráficos a seguir algumas características do perfil destes pais das famílias beneficiadas.

**Gráfico 10:** Escolaridade dos Maridos



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Em relação a escolaridades dos pais das famílias beneficiadas com o programa, a pesquisa constatou que 56,86% não concluíram o ensino fundamental, 25,49% concluíram o ensino médio o que, comparado com as mulheres das famílias beneficiadas, mostra que elas têm um nível maior de escolaridade que os homens – cerca de 30% afirmaram possuir o ensino fundamental completo.

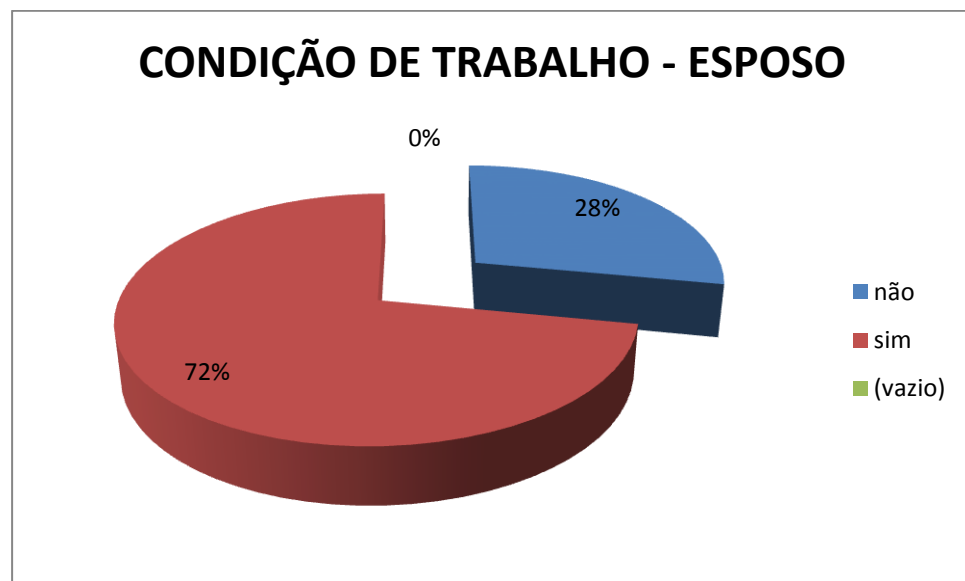
**Gráfico 11:** Condição de trabalho dos pais das famílias beneficiadas pelo PBF



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Ao abordar sobre a condição de trabalhos dos pais das famílias beneficiadas pelo programa, a pesquisa obteve como resultado que 88% dos pais estavam trabalhando antes do benefício, apenas 12% não estava empregado. Foi observado que, destes 88%, trabalhavam nas entressafras da cana-de-açúcar.

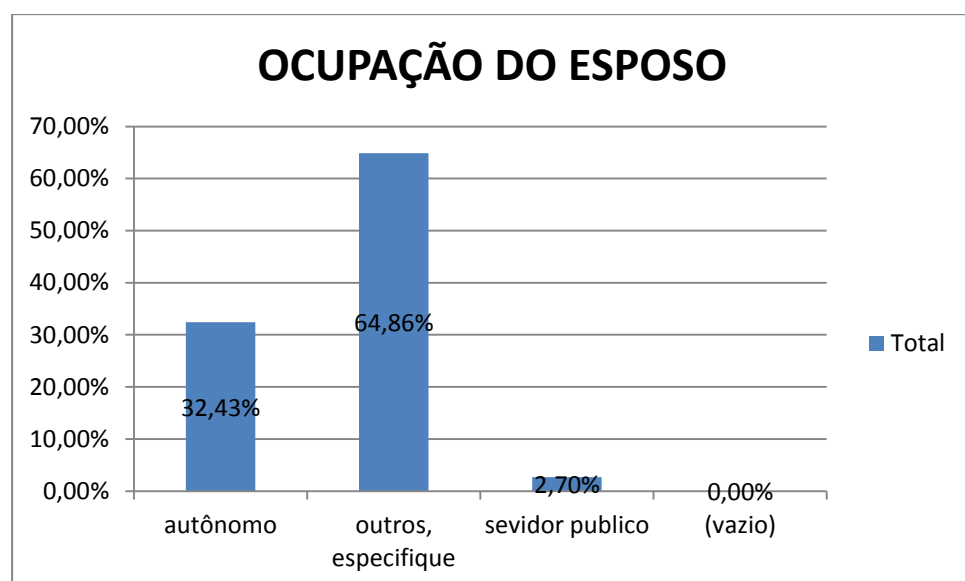
**Gráfico 12:** Condição de trabalho dos pais das famílias beneficiadas pelo PBF



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Questionadas sobre a condição de trabalho atual, a pesquisa obteve como resultado que setenta e dois por cento estão empregados após benefício, logo, houve um aumento de 16% dos pais das famílias desempregados, somando 28% desempregados após o recebimento do programa.

**Gráfico 13:** Ocupação dos pais das famílias beneficiadas pelo PBF



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.



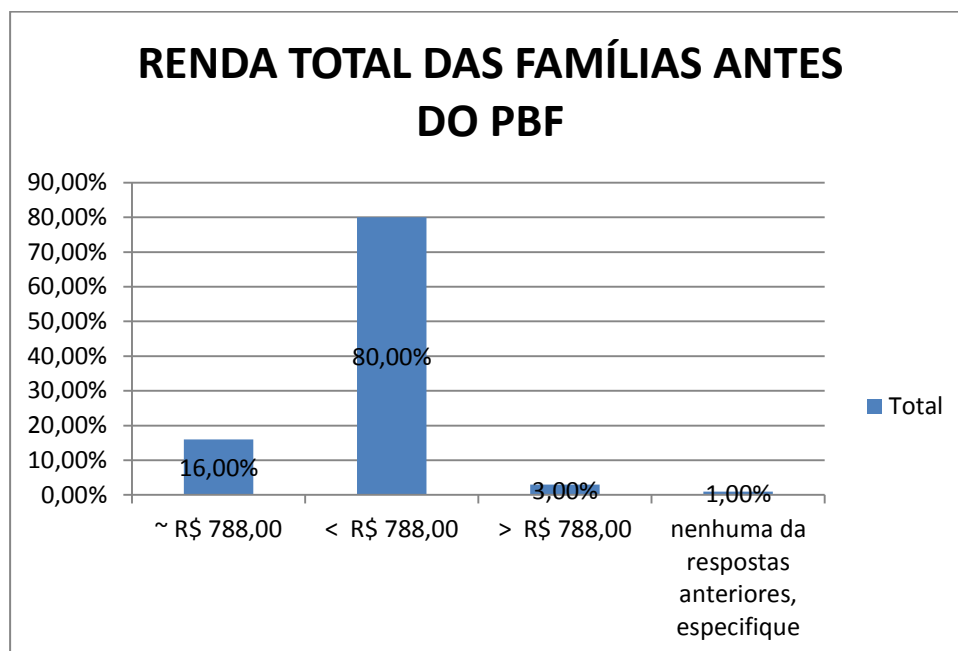
Sobre a função dos pais das famílias que são beneficiadas pelo programa no mercado de trabalho, observou-se que 32,43% são autônomos, 64,86% alegaram ter outro tipo de função, como por exemplo, trabalhar na lavoura de cana-de-açúcar e, apenas 2,70% afirmou trabalhar no setor público, em grande maioria, na função de Gari.

#### 4.4 Renda das Famílias

Este tópico vai descrever o perfil da renda das famílias beneficiadas pelo PBF. O programa tem como objetivo beneficiar famílias em estado de pobreza que têm renda mensal de R\$ 70 a R\$140 por pessoa e as famílias em condição de extrema pobreza onde a renda por pessoa é de R\$70.

A pesquisa procurou investigar o perfil das famílias beneficiadas pelo programa e descrever o histórico destas rendas antes e depois do benefício. O que demonstraremos nos gráficos a seguir.

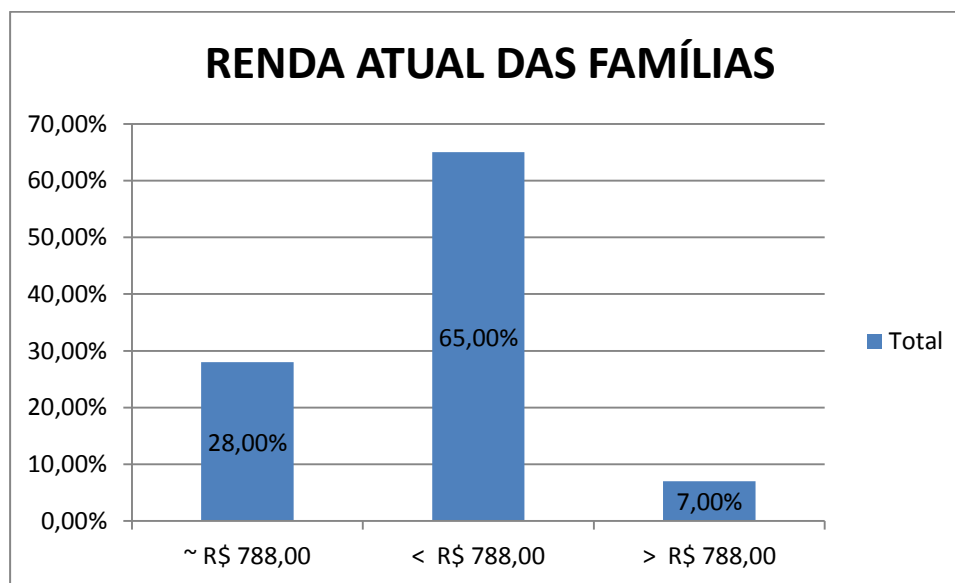
**Gráfico 14:** Renda total das famílias – antes do benefício



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Oitenta por cento das entrevistadas alegaram que, antes do benefício do programa, tinham uma renda menor que um salário mínimo – R\$788,00. Já dezesseis por cento alegaram ter uma renda total abaixo de um salário mínimo.

**Gráfico 15:** Renda total das famílias – antes do benefício



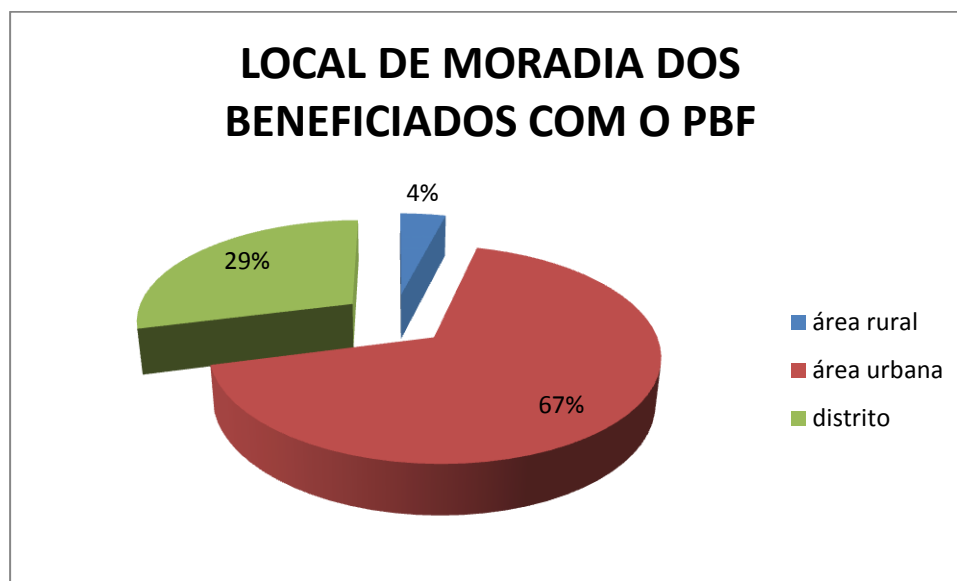
Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Com o auxílio do programa, sessenta por cento das famílias alegaram permanecer com a renda abaixo de um salário mínimo – R\$ 788, o que demonstra um aumento de 12% das famílias que passaram a ter uma renda igual a um salário mínimo, somando 28%. Houve também um aumento das famílias que recebiam acima de um salário mínimo, cerca de 4% o que soma 7% das famílias com renda acima de um salário mínimo.

#### **4.5 Características Gerais das Famílias**

Nessa sessão, iremos traçar as características gerais das famílias beneficiadas pelo programa. Características estas como condição de moradia, habitantes por família e a quantidade de filhos por família, demonstrados nos gráficos abaixo.

**Gráfico 16:** Local de moradia dos beneficiados pelo PBF



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

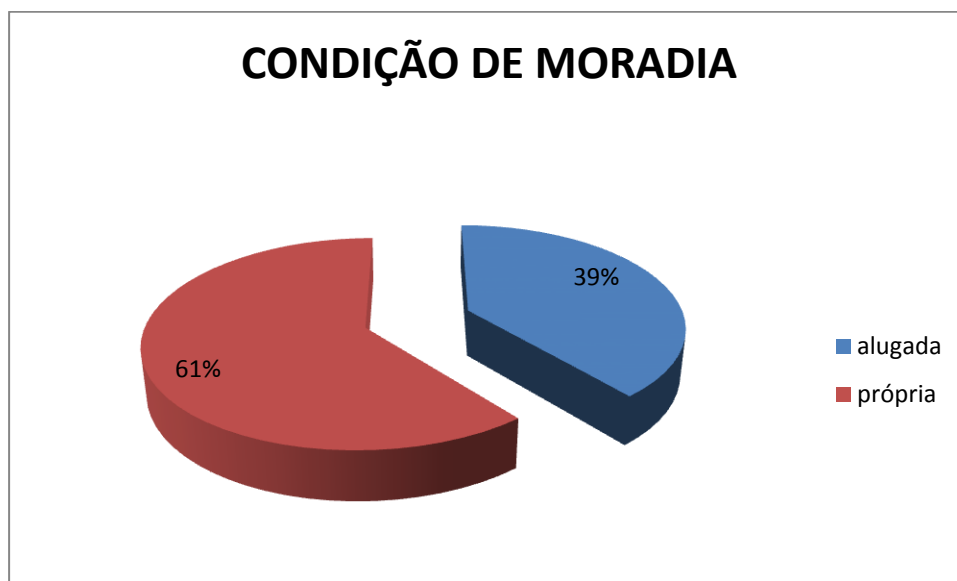
Sessenta e sete por cento alegaram morar na área urbana, vinte e nove por cento alegaram morar nos distritos do município e apenas quatro por cento alegaram morar em área rural. O que caracteriza a migração da área rural para área urbana, fenômeno este que já vem se concretizando há décadas no Brasil. Onde as famílias saem dos campos em busca de melhores condições e oportunidade de trabalho nas áreas urbanas.

Como ressalta Embrapa (2006),

Com o passar do tempo, a família percebe a importância de dar melhor educação para os filhos e do acesso à infra-estrutura social que a cidade oferece, além do diferencial de salários. Obtém informações dos que já migraram. Descobre o favorecimento que o governo provê a quem se urbaniza, ao qual o rurícola não tem acesso. E a resistência ao mudar de endereço que o baixo grau de instrução opõe é paulatinamente vencida. Contudo, note-se, que a decisão de migrar é tomada num contexto familiar. A opinião da mulher e dos filhos tem grande peso. Não se trata de avaliar apenas os ganhos e as perdas presentes. O presente não é tão importante. Os ganhos e perdas futuras têm grande relevância na decisão de migrar; portanto, é a renda permanente de todos os membros que pesa, porque trata-se de uma decisão da família (EMBRAPA, 2006).

Outro fator é a condição de moradia destas famílias. Indagados sobre a condição de moradia, sessenta e um por cento alegaram ser proprietários de suas casas, ou seja, as casas são próprias. Como mostra o Gráfico 17.

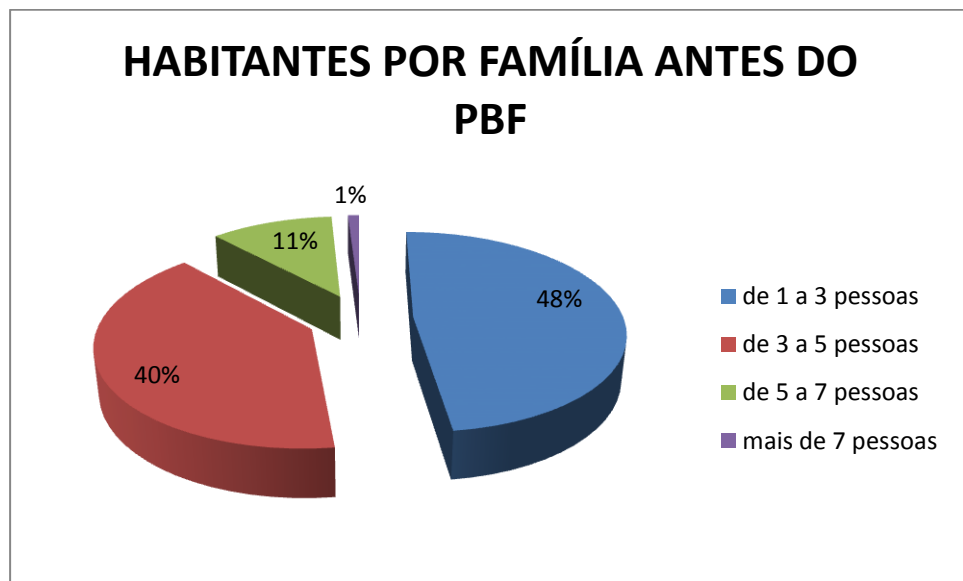
**Gráfico 17:** Condição de moradia



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Trinta e nove por cento alegaram morar em casas alugadas, apesar do número de famílias que dispõem de uma parcela da renda para o pagamento de aluguel, a pesquisa demonstrou que a maior parcela da população tem casa própria, o que demonstra ser um bom indicador. Já que a maior parte da população não necessita dispor de uma parcela de sua renda para pagar aluguel, podendo realocar essa renda para outros setores.

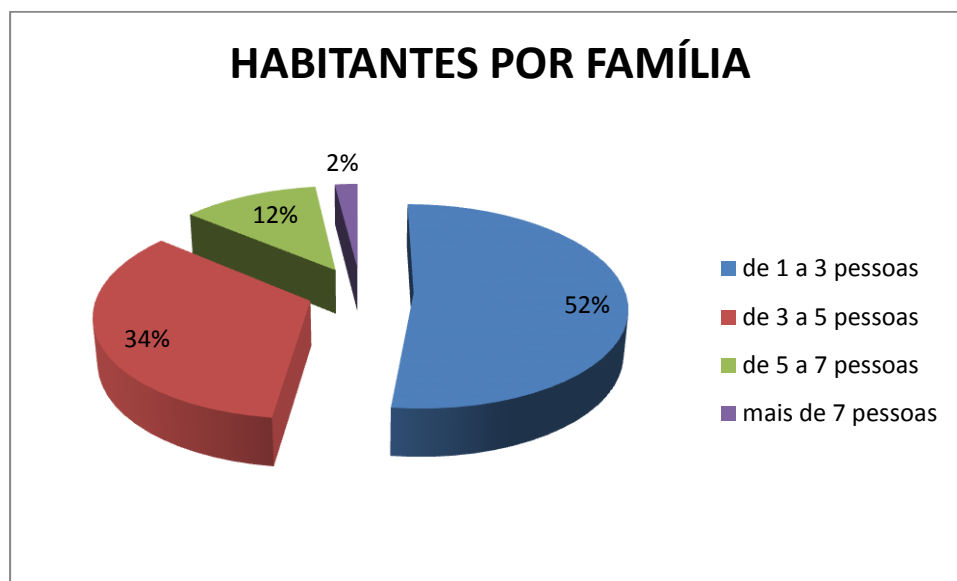
**Gráfico 18:** Habitantes por família



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Questionadas sobre a quantidade de habitantes residentes na mesma casa, quarenta e oito por cento afirmaram ter entre uma a três pessoas por domicílio, quarenta por cento confirmaram ter entre três a cinco pessoas por domicílio e onze por cento acima de cinco pessoas por lar. O que demonstra que, em maioria, as famílias possuíam acima de três moradores por residência, antes de receberem o benefício.

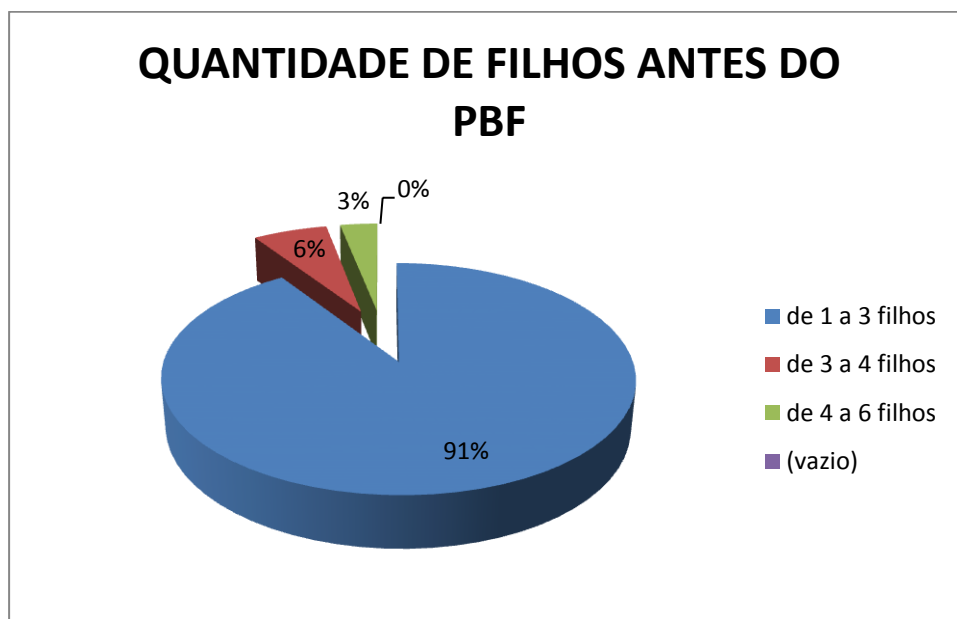
**Gráfico 19:** Habitantes por família – Atualmente



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Conforme o Gráfico 19, o número de habitantes por domicílio apresentou os seguintes resultados: Cinquenta e dois por cento alegaram ter entre um a três pessoas por domicílio, trinta e quatro por cento afirmaram ter entre três a cinco pessoas, doze por cento de cinco a sete pessoas por moradia e, apenas dois por cento alegaram ter mais de sete pessoas morando na mesma casa. A pesquisa demonstra uma pequena variação de moradores por casa entre os períodos anterior e posterior ao recebimento do benefício.

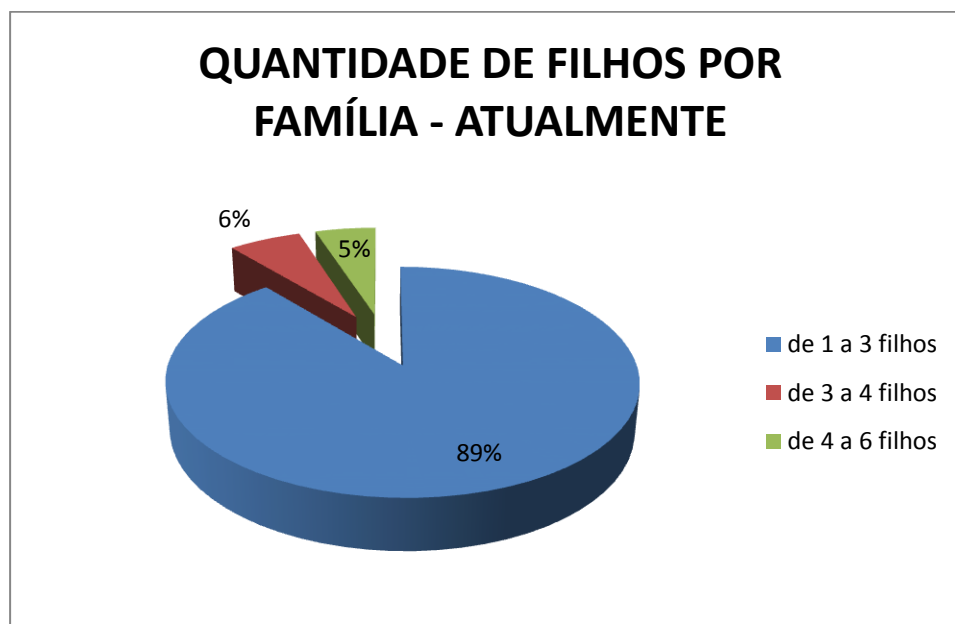
**Gráfico 20:** Quantidade de filhos – Antes do PBF



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Do que se refere à composição familiar, a pesquisa constatou que noventa e um por cento alegaram que tinha entre um a três filhos por familiar, seis por cento afirmaram ter entre três a quatro filhos e, apenas quatro por cento afirmaram ter mais de quatro filhos por família. Dados estes referentes ao período anterior ao recebimento do benefício.

**Gráfico 21:** Quantidade de filhos por família - Atualmente



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Indagados sobre a composição da família nos dias atuais, a pesquisa revelou que oitenta e nove por cento alegaram ter entre um a três filhos por família, enquanto seis por cento alegaram possuir entre três a quatro filhos e cinco por cento afirmaram ter entre quatro a seis filhos por família. Logo, a pesquisa demonstrou que a maior parcela da amostra é constituída por famílias não numerosas, contrapondo o argumento preconceituoso que famílias pobres se revelam numerosas.

#### **4.6 Educação**

Os objetivos do Programa Bolsa Família focalizam na formação de políticas públicas que atendam as necessidades básicas da população que se encontra no estado de pobreza e de extrema pobreza. Visto que, um dos maiores problemas brasileiros está no baixo desempenho escolar que tem como principal causa às dificuldades socioeconômicas, o programa tem como uma de suas condicionalidades a frequência e permanência dos alunos na escola.

Sabe-se a importância da educação no desenvolvimento socioeconômico do indivíduo. Só a educação de qualidade possibilita melhores condições de bem-estar futuras.



A condicionalidade da frequência escolar estabelecida pelo PBF é de extrema importância, porém não a garante qualidade e, só uma educação de qualidade fará com que estes jovens mudem suas perspectivas sobre o futuro e saiam da linha da pobreza.

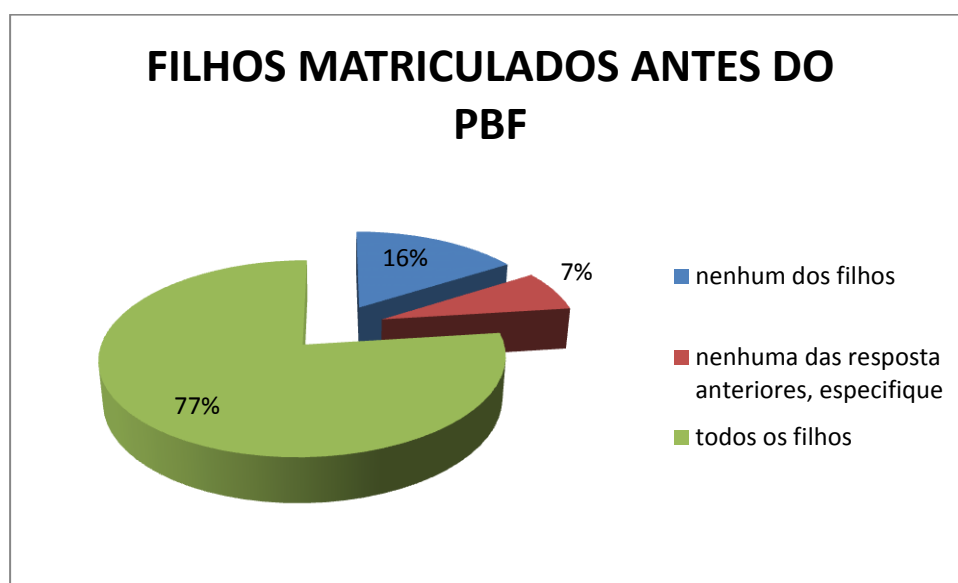
Segundo Rodrigo Lazani (2011, p. 94),

O próprio eixo central que qualifica os Programas de Transferência de Renda no Brasil – articulação da transferência monetária com a obrigatoriedade de frequência à escola – não é um aspecto pacífico e nem tão simples, posto que a obrigatoriedade de frequência à escola não é suficiente para alterar o quadro educacional das futuras gerações e, conseqüentemente, alterar a pobreza (LAZANI, 2011, p. 94).

Logo, defende o pressuposto que não adianta apenas o aluno estar matriculado e frequentando a escola, mas para haver expansão é necessário que o ensino seja de qualidade.

Visto isto, iremos demonstrar nos Gráficos a seguir, a porcentagem de alunos que estão matriculados e frequentando a escola em respeito à condicionalidade imposta pelo programa.

**Gráfico 22:** Filhos matriculados na escola antes do benefício do PBF

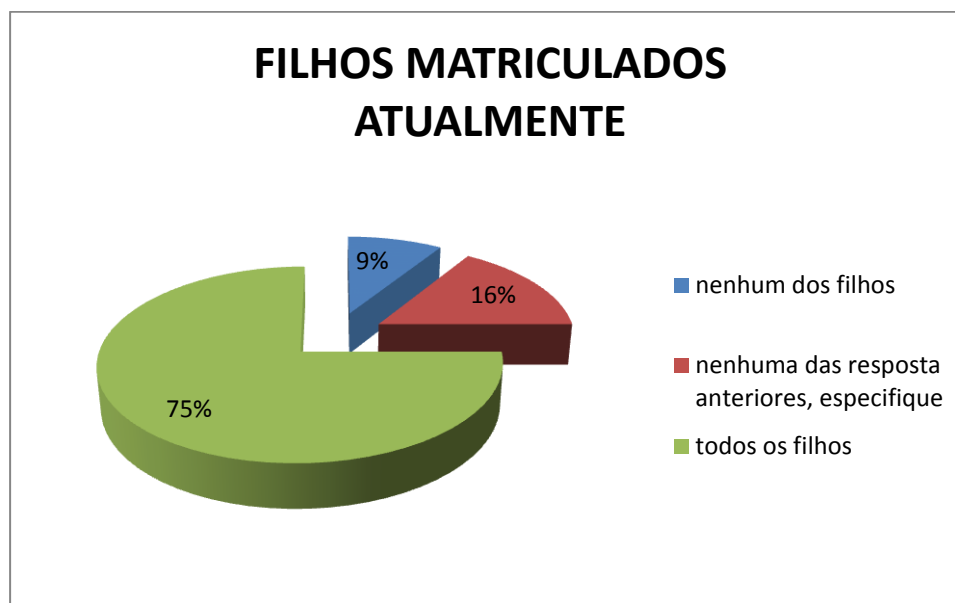


Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Como demonstra Gráfico 23, setenta e sete por cento das pessoas alegaram que seus filhos estão matriculados e frequentando a escola regularmente. Dezesesseis por cento alegaram que os filhos não estão na escola, ou seja, há um descumprimento da

condicionalidade do programa que pode gerar um bloqueio/cancelamento do mesmo. Sete por cento das famílias entrevistadas afirmaram que seus filhos já saíram da escola por terem concluído o ensino médio.

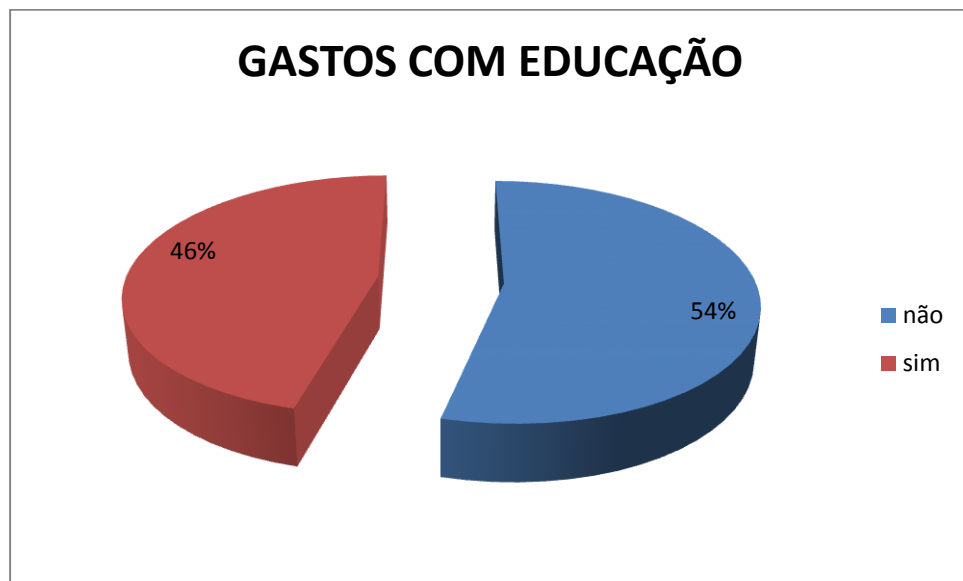
**Gráfico 23:** Filhos matriculados na escola atualmente



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Com base no Gráfico 23, onde afirmaram que setenta e cinco por cento dos filhos estão matriculados e frequentando a escola regularmente. Comparado ao Gráfico 22, onde demonstra a porcentagem dos alunos que respeitam a condicionalidade do programa, houve uma redução de dois por cento dos alunos regularmente matriculados, porem a justificativa para isto, com base na pesquisa, diz que os filhos concluíram o ensino médio. Como pode ser observado um aumento oito por cento daqueles que responderam nenhuma das respostas anteriores e justificaram suas respostas com alegação acima exposta. Conseguimos enxergar também uma redução de cinco por cento na evasão escolar.

**Gráfico 24:** Gastos com Educação

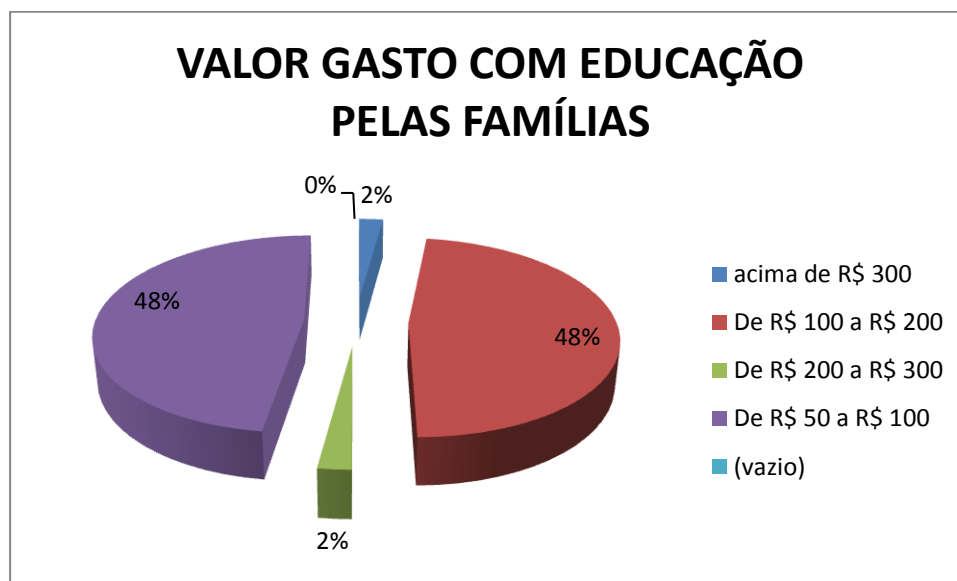


Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Na tentativa de investigar se as famílias beneficiadas pelo programa destinava alguma fração de sua renda com educação, à pesquisa demonstrou que cinquenta e quatro por cento das famílias não destinam parte de sua renda para educação. Porém, quarenta e seis por cento alegaram ter gastos com educação que variam desde a compra dos materiais escolares a uma mensalidade da creche ou escola primária. Logo, mostrou-se ser um indicador positivo.

Quanto aos valores que as famílias beneficiadas pelo programa destinam a educação, segue demonstrado no Gráfico 25.

**Gráfico 25:** Valor gasto com educação pelas famílias beneficiadas pelo PBF



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Quarenta e oito por cento das famílias entrevistadas afirmaram que destinam entre R\$100 a R\$ 200 reais de sua renda para educação, outros quarenta e oito por cento alegaram destinar entre R\$50 a R\$100 reais de sua renda, dois por cento destinam entre R\$200 a R\$300 reais e também dois por cento das famílias afirmaram destinar mais de R\$300 reais de sua renda para educação de seus filhos.

#### 4.7 Saúde

Com objetivo de averiguar as condições de saúde que as famílias têm acesso, a pesquisa abordou o quesito Alimentação. Traçamos uma trajetória do histórico alimentar destas famílias, descrevendo como as famílias têm se alimentado antes e depois do auxílio do PBF.

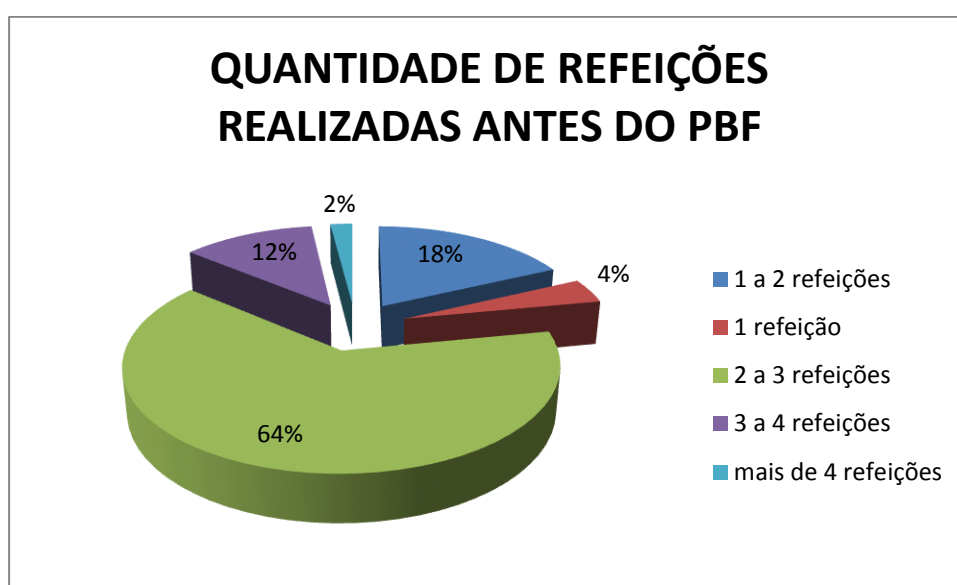
Segundo o Ministério da Saúde,

A alimentação e a nutrição constituem requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania. No plano individual e em escala coletiva, esses atributos estão consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada há 50 anos, os quais foram posteriormente reafirmados no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e incorporados à legislação nacional em 1992 (Ministério Saúde, p.3).

O acesso à alimentação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, sendo instrumento importantíssimo no combate à desigualdade social, na tentativa de se ter um país mais justo.

O Gráfico 26 descreve quantas refeições as famílias alegaram fazer antes de serem beneficiadas pelo PBF.

**Gráfico 26:** Quantidades de refeições realizadas pelas famílias – Antes do benefício

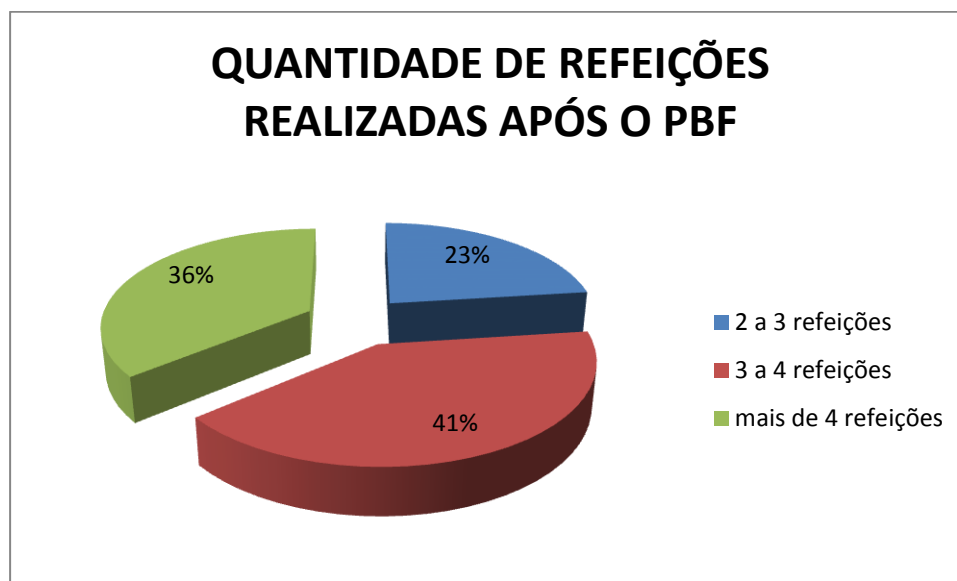


Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Com base na pesquisa realizada, 64% das famílias alegaram que faziam entre duas a três refeições por dia, outras 18% alegaram que faziam entre uma a duas refeições por dia. O que demonstra que uma parcela significativa das famílias tinha acesso restrito à alimentação.

Demonstraremos no Gráfico 26 o impacto na alimentação das famílias após o recebimento do Programa Bolsa Família.

**Gráfico 27:** Quantidade de Refeições Realizadas após o PBF

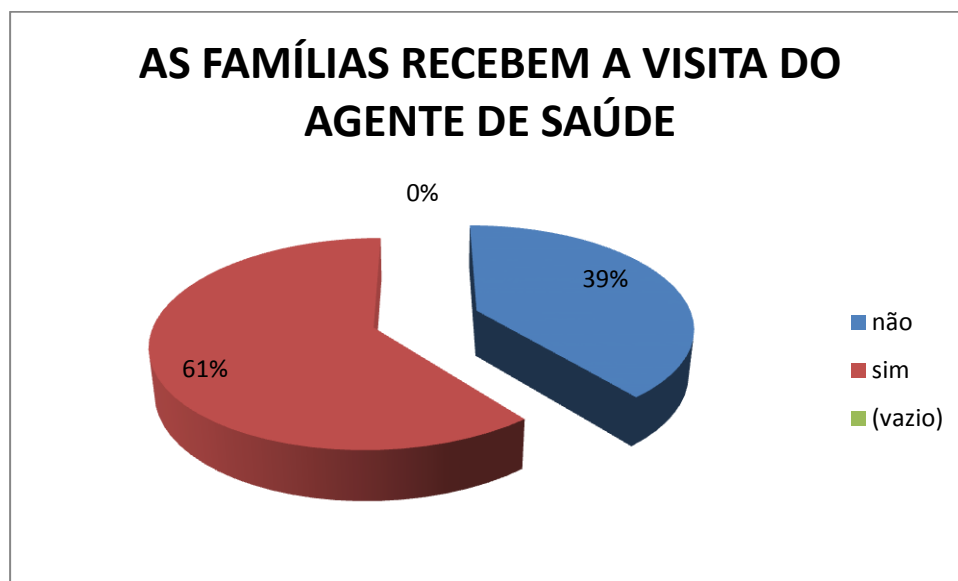


Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Como demonstra o Gráfico 27, houve um aumento na quantidade de refeições realizadas pelas famílias após o recebimento do PBF. Quarenta por cento das mulheres entrevistadas alegaram que passaram a fazer entre três a quatro refeições por dia, trinta e três por cento afirmaram que fazem mais de quatro refeições diariamente e vinte três por cento confirmaram que fazem de duas a três refeições diárias. O que demonstra um melhoramento ao acesso à alimentação das famílias. Entre as entrevistadas, muitas afirmaram que a mudança sobre a cesta alimentar teve um impacto considerável.

Umas das condicionalidades do Programa Bolsa Família é o acesso à saúde. Para cumprimento da condicionalidade os agentes de saúde têm como responsabilidade realizar visitas periódicas aos domicílios das famílias beneficiadas pelo PBF.

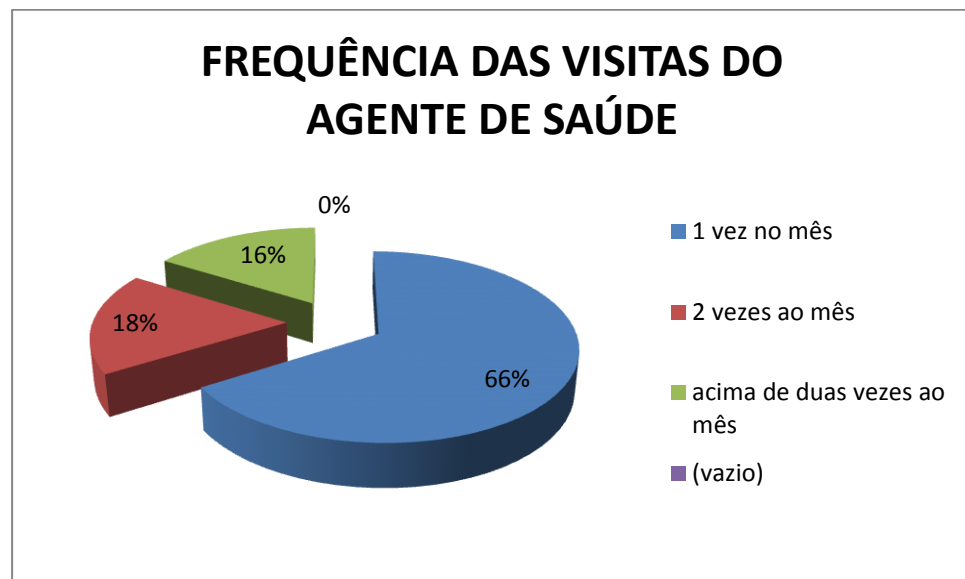
**Gráfico 28:** Famílias que recebem assistência do Agente de Saúde



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Como demonstrado no Gráfico 28, sessenta e um por cento das famílias alegaram receber a visita do agente de saúde em seus domicílios. Dado este que comprova o cumprimento da condicionalidade para mais da metade da amostra. Porém, trinta e nove por cento das entrevistadas alegaram não receber a visita dos agentes de saúde em seus domicílios, o que vem contrapor a alegação anterior. Todas as famílias têm por direito, garantido pela Constituição Federal de 1988, e, como condicionalidade para o recebimento do PBF, o acesso à saúde e o direito a visita dos Agentes de Saúde. Prática esta que deveria ser fiscalizada pelo órgão responsável. Ou seja, a secretaria do Programa Bolsa Família do Município estudado. O descumprimento desta condicionalidade pode levar o bloqueio/cancelamento do recebimento do benefício.

**Gráfico 29:** Frequência das Visitas do Agente de Saúde



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Em relação à frequência em que os Agentes de Saúde visitam os domicílios das famílias beneficiadas pelo PBF, das que recebem a visita do agente de saúde, sessenta e seis por cento alegaram receber a visita uma vez por mês, dezoito por cento confirmaram receber a visita duas vezes ao mês e dezesseis por cento recebem os agente de saúde mais de duas vezes ao mês.

Em relação à gravidez, como demonstra o Gráfico 29, a pesquisa constatou que 100% das mulheres entrevistadas não estavam grávidas e, abordadas sobre a expectativa de terem filhos futuramente, todas alegaram não haver possibilidades e nem expectativa de desejo de engravidar.



**Gráfico 30:** Mulheres Grávidas



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Ainda em relação à gravidez, 100% das mulheres entrevistadas afirmaram que não têm nenhuma filha grávida e não há nenhuma mulher grávida morando no mesmo domicílio que elas.

**Gráfico 31:** Filhas grávidas

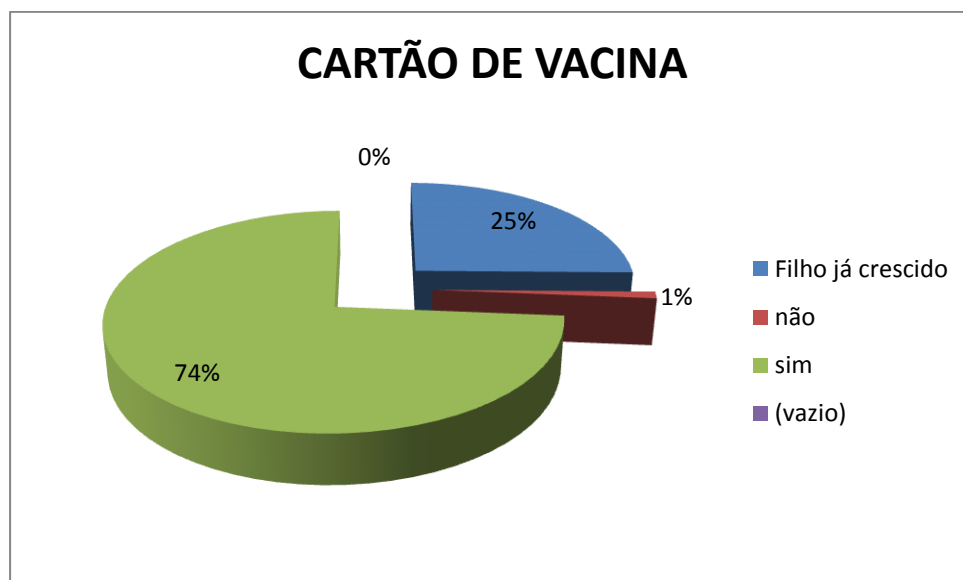


Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Ao abordar sobre o tema gravidez, a pesquisa tinha como um dos seus objetivos, investigar se as possíveis grávidas estavam tendo acompanhamento médico e fazendo o pré-natal. Como a amostra não conseguiu identificar nenhuma gestante, a análise para esta questão foi inconclusiva.

Outra condicionalidade para o recebimento do PBF é o Cartão de Vacinação das crianças estarem em dia. A vacinação é imprescindível para a proteção e a prevenção de várias doenças que crianças abaixo de cinco anos estão mais propícias a obtê-las.

**Gráfico 32:** Cartão de Vacina



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

O resultado da pesquisa, demonstrado no Gráfico 32, mostra que a condicionalidade está sendo respeitada. Pois, 74% alegaram estar com o cartão de vacinação em dia, apenas um por cento afirmaram não estar com o cartão de vacinação em dia e, 25% alegaram terem crianças acima dos dez anos de idade.

## 5 CONCLUSÃO

O trabalho conclui que, com base nos dados coletados, o Programa Bolsa Família tem influencia direta na diminuição da condição de privação das famílias beneficiadas, uma vez que as famílias enfrentavam muitas dificuldades antes de receber o benefício do PBF.

Com base na pesquisa, foi possível identificar mudanças que o PBF proporcionou às famílias beneficiadas do município de Goiana – PE.

É evidente que, com o benefício auferido pelo Programa, proporcionou um aumento na renda destas famílias, tendo como consequência, a melhoria do bem-estar das famílias beneficiadas pelo Programa, onde antes de receber o benefício, as famílias passavam dificuldades socioeconômicas como fome, não tinham acesso à educação, a moradia era comprometida, não eram assistidas pelos agentes de saúde, entre outros. Ou seja, a pesquisa demonstra que todos esses fatores que o PBF tem como condicionalidades têm influencia direta na vida destas pessoas, possibilitando acesso a itens antes restritos no consumo das famílias.

Um destes itens é a alimentação, onde a pesquisa demonstrou o que famílias que faziam entre uma a nenhuma refeição diárias passaram a ter entre duas as mais refeições diárias, logo, se verificou uma melhora significativa na alimentação diária das famílias. Tendo em vista que, grande parcela da amostra alegou fazer entre duas a três refeições diárias, independente de receber o auxílio do Programa.

Na tentativa de investigar de qual forma as condicionalidades estabelecidas pelo Programa como norma para que as famílias tenham acesso ao benefício, constatou-se que a condicionalidade referente à saúde trouxeram grandes benefícios as famílias, em primeiro lugar, com o benefício auferido pelo Programa possibilitou as famílias acesso a uma alimentação de qualidade e os níveis de subnutrição tiveram uma mudança positiva significativa, as famílias passaram a receber o acompanhamento dos agente de saúde que fazem visitas rotineiras selando pela saúde das famílias, levando informações sobre saúde sexual, higiene pessoal, entre outras informações. Em relação ao cartão de vacinação, mais de 70% da amostra se mostrou em dia com o cartão de vacinação, que é de extrema importância para saúde das crianças, pois são as vacinas que vão prevenir e proteger as crianças de possíveis doenças.

Em relação ao acompanhamento médico das grávidas, a amostra do trabalho não permitiu que possássemos chegar a uma conclusão de fato, o único fator que identificamos com a entrevista foi que muitas fizeram o pré-natal quando estavam grávidas, mas a pesquisa não conseguiu analisar mais do que isso. Ficando assim, inconclusiva a respeito desse fator. Logo, a condicionalidade saúde mostrou-se como sendo um indicativo positivo em referência ao benefício do PBF.

De modo geral, conclui-se que o Programa Bolsa Família teve influência direta com as mudanças de condição de vida das famílias beneficiadas pelo Programa. Porém, para que as mudanças se intensifiquem, de modo a trazer melhoria de bem-estar ao longo prazo, faz-se necessário que as famílias busquem melhores formas de capacitação profissional para que não fiquem dependentes do benefício em longo prazo, o benéfico precisa ser visto como forma de uma ajuda momentânea e as famílias tem que tomar consciência que a mudança real de bem-estar só será possível se as expectativas das mesmas mudarem.

Diante disto, a pesquisa incita questionamentos como: será que o Programa Bolsa Família tende a fazer com que as famílias se tornem dependentes dos benefícios com fins eleitorais? Será que estas famílias estão tendendo a se tornarem uma geração NEM-NEM (não trabalha, não estuda)? Será que o acesso à informação destas famílias é suficiente para tomarem consciência que precisarão se tornar mais capacitados para que este bem-estar seja de fato uma mudança concretizada? Essas foram algumas questões que não foi possível obter uma análise com este estudo, mas que pode vir a servir como indicação de novas pesquisas, além de aprofundar os resultados obtidos nesta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

MESQUITA, C.S. **O Programa Bolsa Família: Uma análise de seu impacto e significado social.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Política Social). Universidade de Brasília, 2007.p. 56-89.

LAZANI, Rodrigo. **Programas de transferência de renda: autonomia versus assistencialismo.** Campinas. 2011. 128p. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

SILVA, Mayara. **Programa Bolsa Família: Um estudo de caso na cidade de Quixadá.** Ceará. 2009. Monografia do curso de Ciências de Economia Doméstica, Universidade Federal do Ceará.

LYNNLynn, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis.** Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

SANTOS, Cinthya. **Transferência de renda e Educação: Um estudo sobre o descumprimento da contrapartida da frequência escolar do programa bolsa família na cidade do Recife.** Pernambuco. 2013.

PETERS, B. G. **American Public Policy.** Chatham, N.J.: Chatham House. 1986. PETERS, B. G. **The Politics of Bureaucracy.** White Plains: Longman Publishers. 1995.

MEAD, L. M. **“Public Policy: Vision, Potential, Limits”, Policy Currents,** Fevereiro: 1-4. 1995.

CAIXA FEDERAL ECONOMICA .Caixa. **O que é o Bolsa Família.** Governo Federal. Brasil. 2004. Disponível em:< <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx> > acesso em 12 de Abr. de 2015.

BRASIL.**Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania.** Disponível em: < [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Livros/Bolsa10anos.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos.pdf)> acesso em: 15 de Maio de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnan.pdf>> acesso em 18 de Out. de 2015.

QUEIROZ. Eliza. **Programa Bolsa Família: Críticas e Pespectivas**. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3939/1/PDF%20%20Eliza%20Carla%20Aleixo%20de%20Ara%C3%BAjo%20Queiroz.pdf>> acesso em 15 de Maio de 2015.

EMBRAPA. **Migração Rural-Urbana, agricultura Familiar e novas tecnologias**. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/42057/1/LV-Migracaorural-urbana.pdf>> acesso em 30 de Nov. de 2015.

PEIXOTO. Vitor. **Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762011000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762011000200002&script=sci_arttext)> acesso em 10 de Nov. de 2015.

COHN. Amélia. **Políticas sociais e pobreza no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/138/140>> acesso em 11 de Nov. de 2015.

LYNN Lynn, L. E. *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

MEAD, L. M. “Public Policy: Vision, Potential, Limits”, *Policy Currents*, Fevereiro: 1-4. 1995.

DRAIBE. Sônia. **A Política social no período FHC e o sistema de proteção social**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702003000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702003000200004&script=sci_arttext)> acesso em 20 de Nov. de 2015.

GERALDELLO. Camila. **Políticas Públicas hoje: Conceitos modernos**. Disponível em: <<http://www.igepri.org/observatorio/?p=6794>> acesso em 11 de Nov. de 2015.

SOUZA. Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> acesso em 11 de Nov. de 2015.

MARTINS, Juliana. **Análise crítica da estrutura normativa do Programa Bolsa Família.** 2009. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/analise-critica-da-estrutura-normativa-do-programa-bolsa-familia/36563/>> acesso em 12 de Nov. de 2015.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Bolsa Família: Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social.** 2013. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Cartilhas/Cartilha\\_PBF\\_2015.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf)> acesso em 12 de Nov. de 2015.

XIMENES, Daniel. **Resultados, avanços e desafios das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família.** Brasília. 2014. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudos%2018\\_final.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudos%2018_final.pdf)> acesso em 9 de Jul. de 2015.

RODRIGUES, Bruno Sávio Pereira. **Bolsa Família: análise da aplicação desta política pública na cidade de Santa Rita/PB.** 2011.63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal Da Paraíba, 2011.

MORAES, Rafael; AVILA, Rober Iturriet; SILVEIRA, S.J.C. **Políticas Sociais no Brasil pós Plano Real.** 2010. Disponível em: <<http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2009/docs/politicas.pdf> > acesso em 11 de Nov. de 2015

MESQUITA, Camile. **O Programa Bolsa Família: uma análise de seu impacto e alcance social.** 2007. (Trabalho Pós Graduação). UNB. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3144/1/2007\\_CamileSahbMesquita.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3144/1/2007_CamileSahbMesquita.pdf)> acesso em 20 de

FILHO, Paulo. **Notas de aula Prof. Dr. Paulo Maia Filho.** 2011. Universidade Federal da Paraíba.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica** – 5ª Ed – 2Nov. de 2015.

CONSTANTINO, Rodrigo. Bolsa Família: voto de cabresto e terrorismo eleitoral. Revista Veja. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/democracia/bolsa-familia-voto-de-cabresto-e-terrorismo-eleitoral/>> acesso em 10 de Ago. de 2015.



## ANEXO – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA



**Universidade Federal da Paraíba – Campus I - UFPB**

**Departamento de Ciências Sociais Aplicadas**

**Curso de Ciências Econômicas - 2015.1**

### QUESTIONÁRIO

Este questionário tem como objetivo verificar a evolução social e econômica das famílias após o recebimento do Programa Bolsa Família do Governo Federal.

Nesse sentido, gostaríamos de contar com sua participação voluntária para respondê-lo. Destacamos que os dados desta pesquisa serão utilizados para elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba – Campus I.

Por favor, leia cada questão e escolha a alternativa que é mais adequada a sua realidade. O questionário não solicita qualquer identificação pessoal, e os dados fornecidos serão mantidos sob sigilo. Desta forma, sinta-se à vontade para expressar com tranquilidade sua opinião.

Desde já, obrigada por sua contribuição.

1. Qual seu estado civil?

☐ solteira

☐ união estável

☐ viúva

☐ casada

☐ divorciada

2. Quantos anos você têm?

☐ menos de 18 anos                      ☐ de 26 a 35 anos                      ☐ acima de 45 anos  
☐ de 19 a 25 anos                      ☐ de 36 a 45 anos  
☐ anos

3. Mora em área urbana, rural ou no distrito do município?

☐ área urbana                      ☐ área rural                      ☐ distrito

4. A casa onde mora é sua (própria) ou alugada?

☐ casa própria                      ☐ casa alugada

5. Qual o seu grau de escolaridade?

☐ analfabeto                      ☐ ensino médio                      ☐ ensino superior  
☐ ensino fundamental incompleto                      incompleto  
☐ ensino fundamental incompleto                      ☐ ensino médio                      ☐ ensino superior  
☐ ensino fundamental completo                      completo  
☐ ensino fundamental completo

6. Você trabalha?

☐ sim                      ☐ não

7. Caso tenha respondido que **sim** a questão anterior (6), marque a situação que você se encontra na sua atual ocupação profissional:

☐ doméstica                      ☐ servidor                      ☐ outros,  
☐ agricultor                      publico                      especifique: \_\_\_\_\_

8. Você trabalhava antes de receber o Programa Bolsa Família?

☐ sim                      ☐ não

9. Se for casada, qual o grau de escolaridade do seu esposo?

☐ analfabeto                      ☐ ensino médio                      ☐ ensino superior  
☐ ensino fundamental incompleto                      incompleto  
☐ ensino fundamental incompleto                      ☐ ensino médio                      ☐ ensino superior  
☐ ensino fundamental completo                      completo  
☐ ensino fundamental completo

10. Seu esposo trabalha?

☐ sim

☐ não

11. Qual a ocupação do seu esposo?

☐ agricultor

☐ autônomo

☐ servidor publico

☐ outros, especifique: \_\_\_\_\_

12. Seu esposo trabalhava antes de receber o Programa Bolsa Família?

☐ sim

☐ não

13. Qual a renda total da família (incluindo todos que residem com você, ou seja, você, seu esposo, sua mãe, seus filhos, sua mãe, sogra, etc)?

☐ menos de um salário mínimo

☐ um salário mínimo e meio (R\$ 1.182,00)

especifique: \_\_\_\_\_.

☐ um salário mínimo ( R\$ 788,00)

☐ nenhuma das respostas anteriores,

14. Antes de entrar no Programa Bolsa Família, qual era a renda da família?

☐ menos de um salário mínimo

☐ um salário mínimo e meio (R\$ 1.182,00)

especifique: \_\_\_\_\_.

☐ um salário mínimo ( R\$ 788,00)

☐ nenhuma das respostas anteriores;

15. Onde se informou sobre o Programa Bolsa Família?

☐ um amigo lhe informou

☐ prefeitura do município

☐ propaganda radio/tv do Programa

☐ Outra resposta,

bolsa família

especifique: \_\_\_\_\_

16. Quanto tempo após a solicitação demorou em receber o Programa Bolsa Família?

☐ 0 a 3 meses

☐ 3 a 6 meses

☐ mais de 2 anos

☐ 6 a 1 ano

☐ 1 a 2 anos

17. Quantas pessoas moram na mesma casa que você?

☐ de 1 a 3 pessoas

☐ de 5 a 7 pessoas

☐ mais de 7 pessoas;

☐ de 3 a 5 pessoas

\_\_\_\_\_

18. Quantas pessoas moravam com você antes de receber o Programa Bolsa Família?

☐ de 1 a 3 pessoas                      ☐ de 5 a 7 pessoas                      ☐ mais de 7 pessoas;  
☐ de 3 a 5 pessoas                      \_\_\_\_\_

19. Quantos filhos a família têm?

☐ de 1 a 3 filhos                      ☐ de 4 a 6 filhos  
☐ de 2 a 4 filhos                      ☐ mais de 6 filhos; \_\_\_\_\_

20. Quantos filhos tinham antes de receber o recursos do Programa Bolsa Família?

☐ de 1 a 3 filhos  
☐ de 2 a 4 filhos                      ☐ mais de 6  
☐ de 4 a 6 filhos                      filhos; \_\_\_\_\_

21. Você tem gasto com educação?

☐ Sim                      ☐ Não

22. Quanto você gasta da sua renda com educação?

☐ Não tenho gastos com educação                      ☐ de R\$ 100,00 a R\$ 200,00 reais                      ☐ acima  
de R\$ 300,00 reais.  
☐ de R\$50,00 a R\$100,00 reais                      ☐ de R\$ 200,00 a R\$ 300,00 reais

23. Quantos filhos estudavam antes de receber o Programa Bolsa Família?

☐ todos os filhos                      ☐ nenhuma das                      especifique:  
☐ nenhum dos                      respostas                      anteriores                      \_\_\_\_\_  
filhos

24. Quantos filhos estão matriculados e freqüentando a escola hoje?

☐ todos os filhos                      ☐ nenhuma das  
☐ nenhum dos                      respostas;  
filhos                      especifique: \_\_\_\_\_

25. Marque o que mais mudou em sua vida após receber Programa bolsa família?

☐ alimentação  
☐ vestuário                      ☐ Outros;  
☐ saúde                      especifique:  
☐ educação                      \_\_\_\_\_  
☐ moradia

26. Quantas refeições faziam antes de receber o recurso do Programa Bolsa Família?  
☐ 1 refeição ☐ 2 a 3 refeições ☐ mais de 4  
☐ 1 a 2 refeições ☐ 3 a 4 refeições refeições

27. Quantas refeições sua família faz depois de receber o recurso do Programa Bolsa Família?  
☐ 1 refeição  
☐ 1 a 2 refeições ☐ mais de 4  
☐ 2 a 3 refeições refeições  
☐ 3 a 4 refeições

**OBSERVAÇÃO: Apenas as gestantes devem responder do quesito 28 a 29.**

28. Você está grávida?  
☐ sim ☐ não

29. Se a resposta anterior foi sim, tem feito o pré-natal?  
☐ sim ☐ não

30. Alguma filha ou mulher que more com você está grávida?  
☐ sim ☐ não

31. Se a resposta anterior foi sim, marque se a gestante tem feito o pré-natal:  
☐ sim ☐ não

32. Você e sua família recebem a visita de agentes da saúde em sua casa?  
☐ sim ☐ não

33. Caso a resposta anterior tenha sido sim, marque quantas vezes ao mês você e sua família recebe a visita de agentes da saúde:  
☐ 1 vez ao mês ☐ 2 vez ao mês ☐ acima de 2 vezes ao mês

34. O cartão de vacinação das crianças esta em dia?  
☐ sim ☐ não

35. Avalie de 0 a 10 a contribuição social e econômica do Programa Bolsa Família em sua vida:

[illegible]

